

**PREGÃO ELETRÔNICO AARH Nº 43/2018 - BNDES**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1.1 OBJETO**

**1.1** A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços necessários para a licitação da concessão de distribuição de energia elétrica no Estado do Amapá, associada à transferência de controle da **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ – CEA**, conforme especificações deste **TERMO DE REFERÊNCIA**.

**1.2** O escopo dos serviços deste **TERMO DE REFERÊNCIA** foi separado em duas fases.

**1.2.1** Na **FASE 1 - ESTUDOS PARA A DEFINIÇÃO DA MODELAGEM DE DESESTATIZAÇÃO** (doravante denominada "**FASE 1**") serão executados os serviços especificados para o **SERVIÇO A** e aqueles especificados para a fase 1 do **SERVIÇO B**.

**1.2.2** Na **FASE 2 - PREPARAÇÃO DO LEILÃO E CONCLUSÃO DO PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO** (doravante denominada "**FASE 2**"), serão executados somente os serviços especificados para o **SERVIÇO B**, ressalvado o disposto no subitem 6.5, comum aos **SERVIÇOS A e B** durante toda a vigência contratual, independente da **FASE**.

**1.2.3** As **FASES 1 e 2**, discriminadas, respectivamente, nos **itens 3 e 4** deste **TERMO DE REFERÊNCIA**, são independentes, e o **BNDES** poderá, a qualquer momento, determinar a interrupção dos serviços, sem qualquer direito a indenização à **CONTRATADA**, ressalvados os pagamentos devidos em decorrência dos serviços prestados e/ou produtos recebidos e aceitos pelo **BNDES**, nos termos do item 12 deste Termo de Referência.

**1.2.3.1** Inclui-se na hipótese do item 1.2.3 a interrupção do processo de outorga da concessão do serviço de distribuição de energia elétrica, associada à transferência de controle acionário da **EMPRESA** por decisão dos órgãos competentes ou nas demais hipóteses previstas pela legislação em vigor, sendo as **CONTRATADAS** comunicadas acerca da interrupção da prestação dos serviços, na forma dos **itens 1.2.3 e 13.2.2** deste **TERMO DE REFERÊNCIA**.

**1.3** Os serviços foram separados em "**SERVIÇO A**" (avaliação econômico-financeira) e "**SERVIÇO B**" (avaliação econômico-financeira e serviços jurídicos, contábeis, técnico-operacionais e outros serviços profissionais especializados), cada qual considerado independente para todos os efeitos de direito, a serem detalhados, respectivamente, nos **itens 3 e 4** deste **TERMO DE REFERÊNCIA**. Os demais itens deste **TERMO DE REFERÊNCIA** aplicam-se aos dois serviços.

1.4 Para fins desta licitação, o **"SERVIÇO B"** será considerado como **ITEM 2**, e o **"SERVIÇO A"**, como **ITEM 1**.

1.5 Na sessão pública operacionalizada no Portal Compras Governamentais, deverá ser aberta a fase de lances para o **"SERVIÇO B"** (**ITEM 2**) em primeiro lugar e, somente após finalizada esta, será aberta a fase de lances para o **"SERVIÇO A"** (**ITEM 1**).

1.5.1 A adjudicação do objeto, bem como a homologação do resultado da licitação ficam condicionadas à assinatura de contrato para estruturação de projeto de desestatização entre o **BNDES** e o Estado do Amapá, com a finalidade de regular a estruturação pelo **BNDES** do processo de desestatização da EMPRESA.

1.5.2 Caso a contratação do **SERVIÇO A** e do **SERVIÇO B** não seja efetivada, na forma prevista no **subitem 1.5** ou por outra razão que, a critério exclusivo do **BNDES**, retire a conveniência e oportunidade da contratação, não caberá nenhum direito à indenização aos vencedores da licitação e demais participantes.

## 2.1 GLOSSÁRIO

**AÇÕES:** são as ações de emissão da EMPRESA.

**ALIENANTE:** é o Estado do Amapá, na qualidade de acionista controlador da EMPRESA, representado pelo Governo do Estado do Amapá, autorizado pela Assembleia Legislativa do Amapá, com base na Lei Estadual nº 2.166, de 17.04.2017, a alienar as **AÇÕES** da EMPRESA diretamente ou por intermédio da União.

**ANEEL:** é a Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão normativo e fiscalizador dos serviços públicos de energia elétrica.

**AUDITOR EXTERNO DO PROCESSO:** é a empresa de auditoria externa independente contratada com o objetivo de verificar a lisura e a transparência do processo de desestatização.

**BNDES:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, regida por seu Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e escritório-base para este processo à Avenida República do Chile, nº 100, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

**CADE:** é o CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA.

**CONTRATADA:** é a empresa ou consórcio de empresas especializadas contratadas para a execução do **SERVIÇO A** ou do **SERVIÇO B**.

**CONTRATADA A:** é a contratada para a execução do **SERVIÇO A**.



CONTRATADA B: é a contratada para a execução do **SERVIÇO B**.

CONTRATO: é o contrato de prestação do **SERVIÇO A** ou do **SERVIÇO B**.

CVM: é a Comissão de Valores Mobiliários, autarquia federal incumbida, no termos da lei n.º 6.385, de 07.09.1976, de exercer atividades de fiscalização e regulação do mercado de valores mobiliários.

DUE DILIGENCE: análise ou avaliação detalhada de informações e documentos pertinentes a uma determinada sociedade e/ou seu ativo. Objetiva suportar a negociação de compra e venda de empresas e consiste na aplicação de procedimentos direcionados nas áreas contábil, patrimonial, financeira, tributária, legal e trabalhista, para identificação de potenciais eventos que possam alterar, de forma relevante, a posição contábil e/ou o valor de mercado da EMPRESA objeto da negociação.

EMPRESA: é a Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. - CEA, com sede na Avenida Padre Júlio Maria Lombaerd, nº 1900, Santa Rita, Macapá, Amapá, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.965.546/0001-09, designada como responsável pela prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos do Art. 9º da Lei nº 12.783, de 11/01/2013, Portaria MME nº 442, de 23/08/2016 e Resolução Normativa ANEEL nº 748, de 29/11/2016.

ESTADO: é o Estado do Amapá, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cincinato Pinto, s/nº, Centro, na cidade de Macapá, Estado do Amapá, inscrito no CNPJ sob o nº 12.379.285/0001-00, titular da maioria do capital social da EMPRESA.

FUSÕES E AQUISIÇÕES: são as operações de fusão, aquisição, ofertas públicas ou privadas de aquisição de ações ou quotas, ou reestruturações societárias, que tenham resultado em troca de titularidade de ações ou aporte de capital.

GESTOR DO CONTRATO: empregado do sistema BNDES formalmente encarregado do acompanhamento, fiscalização e execução de diligências relativas a este CONTRATO.

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

LICITANTE: é a entidade participante deste procedimento licitatório.

MME: é o Ministério de Minas e Energia.

PARCELA B: é a parcela da tarifa de energia referente aos custos gerenciáveis nos contratos de concessão, de acordo com a metodologia da ANEEL.

PRODUTOS: são os resultados do **SERVIÇO A** ou do **SERVIÇO B**, a serem entregues ao BNDES sob a forma de relatórios, documentos, pareceres ou apresentações, conforme o caso, especificados neste TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos.

RECEBIMENTO DEFINITIVO DA ETAPA: é o ateste do cumprimento pela CONTRATADA da Etapa definida neste TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos, nos termos contratuais e da legislação aplicável.

**RECEBIMENTO PARCIAL DA ETAPA:** é o ateste do cumprimento pela CONTRATADA da Etapa definida neste TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos, exceto em relação a determinados serviços/produtos cuja entrega não foi possível ser realizada por fatores que não podem ser imputados à CONTRATADA, permitindo assim o recebimento e pagamento do que foi efetivamente entregue, nos termos contratuais e da legislação aplicável.

**ROAD SHOW** – rodada de apresentações do negócio para potenciais investidores em diferentes localidades, incluindo a realização de reuniões com potenciais investidores.

**SALA DE INFORMAÇÕES ou DATA ROOM:** local virtual e/ou físico onde são disponibilizados documentos, dados, relatórios, acessos a sistemas e qualquer outro tipo de informação sobre a EMPRESA e a área de concessão aos potenciais interessados cadastrados segundo as normas de procedimento de diligências aplicáveis;

**SERVIÇO A:** é o trabalho técnico especificado no item 3.1 deste TERMO DE REFERÊNCIA.

**SERVIÇO B:** é o trabalho técnico especificado nos itens 3.2 e 4 deste TERMO DE REFERÊNCIA.

**SERVIÇOS:** são as atividades relacionadas ao **SERVIÇO A** ou ao **SERVIÇO B**, a serem prestadas ao BNDES, sob a forma de levantamento de dados e informações, avaliação, consultoria, assessoria, participações em reuniões e audiências públicas para esclarecimentos ou acompanhamento do andamento dos trabalhos, conforme o caso, especificados neste TERMO DE REFERÊNCIA.

**STAKEHOLDERS:** termo usado para definir todos os grupos afetados ou interessados pela implantação de um projeto ou negócio.

**TRIBUNAIS DE CONTAS:** compreendem o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP), competentes, no âmbito de suas respectivas alçadas, para a fiscalização e acompanhamento de atos relativos à desestatização da EMPRESA em conjunto com a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica no Estado do Amapá.

### **3.1 SERVIÇOS PARA A FASE 1 (ESTUDOS PARA A DESESTATIZAÇÃO)**

#### **3.1 ESCOPO E DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DO SERVIÇO A**

**3.1.1 OBJETIVO:** O **SERVIÇO A** na **FASE 1** tem por objetivo a execução da avaliação econômico-financeira e abrangerá a prestação, pela **CONTRATADA A**, dos serviços técnicos a seguir indicados, observadas, ainda, as obrigações constantes no subitem 6.5

**3.1.2** O **SERVIÇO A** compreende a avaliação econômico-financeira da Concessão de Serviços de Distribuição de Energia Elétrica, associada à transferência de controle acionário da EMPRESA, com base no método do fluxo de caixa nominal descontado da firma, devendo considerar nas suas projeções, entre outros, os seguintes elementos:

- i. o atendimento da legislação em vigor;
- ii. a data-base da projeção, a ser definida pelo BNDES, considerando as demonstrações financeiras da EMPRESA mais recentes disponíveis;
- iii. o horizonte de análise a ser considerado nas projeções condizente com o estabelecido nos termos e condições previstas na minuta do contrato de concessão a ser disponibilizada pela ANEEL;
- iv. a periodicidade mensal;
- v. as premissas macroeconômicas usualmente divulgadas por entidades públicas e privadas para projeções de PIB (Produto Interno Bruto) nacional e regional, onde houver, inflação, câmbio, taxa de juros, dentre outros;
- vi. a análise retrospectiva dos principais indicadores econômico-financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras mais recentes consolidadas auditadas da EMPRESA;
- vii. as informações fornecidas pelo BNDES relativas às **Premissas e Cenários Técnico-Operacionais e Regulatórios** elaborados pelo **SERVIÇO B**, conforme especificado no item 3.2.2 deste **TERMO DE REFERÊNCIA**;
- viii. as informações fornecidas pelo BNDES com base nos relatórios do **SERVIÇO B** de **Due Diligence Jurídica** (item 3.2.4), **Due Diligence Contábil-Patrimonial** (item 3.2.5), e **Avaliação Técnico-Operacional, Recursos Humanos e Socioambiental** (item 3.2.6);
- ix. os ajustes necessários em decorrência dos eventos ocorridos entre a data-base final da Due Diligence Contábil-Patrimonial, Due Diligence Jurídica e Avaliação Técnico-Operacional, Recursos Humanos e Socioambiental e a data-base das projeções econômico-financeiras;
- x. os aspectos tributários e deduções diversas, incluindo impostos, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, setoriais e financeiros, subvenções, benefícios fiscais, ressarcimentos, reembolsos e inadimplência;
- xi. a evolução projetada de outras eventuais receitas oriundas de atividades não tarifárias;
- xii. as necessidades de financiamento de capital de giro com base nas projeções do Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e Fluxo de Caixa, em atendimento à sustentabilidade econômico-financeira da EMPRESA durante o período de concessão, nas condições definidas pela ANEEL;
- xiii. a inclusão, se aplicável, do valor residual da concessão, considerando a existência de investimentos reversíveis da concessão ainda não integralmente amortizados;

- xiv. a determinação de taxa de desconto compatível com as características econômicas e regulatórias e os riscos do setor e da EMPRESA; e
- xv. a comparação entre os valores obtidos na avaliação econômico-financeira e aqueles observados em operações de compra e venda similares, no âmbito nacional e internacional, utilizando múltiplos de mercado e paradigmas considerados relevantes.

**3.1.2.1 A CONTRATADA A e a CONTRATADA B** não poderão trocar ou repassar quaisquer informações diretamente entre si, devendo observar os seguintes procedimentos para o atendimento do disposto nas alíneas "vii" e "ix" do item 3.1.2:

- a) **O BNDES** enviará à **CONTRATADA A** as informações preliminares entregues pela **CONTRATADA B** relativas ao **RELATÓRIO DE PREMISSAS E CENÁRIOS TÉCNICO-OPERACIONAIS E REGULATÓRIOS, RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL, RECURSOS HUMANOS E SOCIOAMBIENTAL E DE DUE DILIGENCES** do **SERVIÇO B** ainda pendentes de validação pelo BNDES; Eventual alteração das informações, portanto, não gerará qualquer direito em favor da **CONTRATADA A**.
- b) Após a validação e/ou ajustes nos **RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO E DUE DILIGENCES** do **SERVIÇO B**, o **BNDES** enviará para a **CONTRATADA A** as informações definitivas relativas às alíneas "vii" e "viii" do item 3.1.2;
- c) A **CONTRATADA A** terá o prazo de até **20 (vinte) dias** corridos para a entrega do **Relatório Conclusivo de Avaliação Econômico-Financeira**, contados única e exclusivamente a partir da comunicação mencionada na alínea "b" acima.

**3.1.2.2** Para determinação do Custo de Capital Próprio deverá ser utilizado o modelo *Capital Asset Price Model* ("CAPM"), devendo ser adotada, como taxa de desconto, o Custo Médio Ponderado de Capital ("WACC") calculada pelo avaliador adequada às condições de mercado vigentes para empresas de distribuição de energia elétrica.

**3.1.2.3** As premissas dos modelos de avaliação econômico-financeira e as metodologias utilizadas, inclusive para o cálculo do WACC, deverão ser explicitadas e facilmente identificáveis, bem como devidamente justificadas e fundamentadas. O modelo de avaliação econômico-financeira deverá ser elaborado pela CONTRATADA, ainda que em caso de consórcio, com uniformidade de metodologia de mensuração de CAPM, WACC e de premissas macroeconômicas.

- 3.1.2.4** O modelo deverá identificar as variáveis críticas e contemplar uma análise de sensibilidade em relação às principais premissas de simulação consideradas, bem como deverão ser construídos cenários distintos.
- 3.1.2.5** Os relatórios, planilhas e outros documentos a serem entregues ao BNDES deverão obedecer às condições de execução previstas nos itens 6.10 ao 6.15 deste **TERMO DE REFERÊNCIA**.
- 3.1.2.6** A CONTRATADA deverá entregar, no prazo previsto na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA** do seu respectivo serviço, **Relatório da Avaliação Econômico-financeira**, contendo a metodologia utilizada, as principais premissas que se pretende adotar e os resultados preliminares, bem como as planilhas preliminares das projeções do fluxo de caixa. A planilha preliminar, em formato Microsoft Excel (arquivo .xlsx), apresentada neste relatório deverá estar no padrão previsto para a versão final, incluindo as premissas, metodologias e fórmulas que se pretende empregar na versão final descrita no item 3.1.2.7, mas deverá ser ajustada em função de solicitações ou de alterações posteriores.
- 3.1.2.7** A CONTRATADA deverá entregar, no prazo previsto na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA** do seu respectivo serviço, o **Relatório Conclusivo da Avaliação Econômico-Financeira**, que deverá contemplar todos os elementos destacados nos itens 3.1.2, e do 3.1.2.2 ao 3.1.2.5, em especial a descrição da metodologia empregada, as principais premissas adotadas, contendo a planilha de projeção, a identificação e análise das alternativas de investimentos, o resultado obtido e conclusões, com a recomendação do preço mínimo das AÇÕES, do valor mínimo de outorga ou de outro critério de desestatização definido, acompanhado de sumário executivo consolidado.
- 3.1.3** A **CONTRATADA A** deverá atuar de forma autônoma em relação à **CONTRATADA B** no tocante à avaliação econômico-financeira da EMPRESA, preservando o devido sigilo.
- 3.1.4** A **CONTRATADA A** deverá promover todas as revisões e ajustes necessários nos PRODUTOS do **SERVIÇO A** até a(s) data(s) limite(s) para a(s) entrega(s) das propostas do leilão, por solicitação do BNDES ou com vistas ao atendimento de demandas provenientes de órgãos de fiscalização, regulação e controle interno e externo, inclusive nos casos de alteração da data-base da avaliação econômico-financeira de que trata o item 3.1.2.
- 3.1.4.1** As revisões ou ajustes previstos no item 3.1.4 acima não serão considerados novos PRODUTOS para fins de pagamento, e deverão ser realizados ainda que após a emissão do **TERMO DE ACEITE DEFINITIVO** do respectivo PRODUTO.

- 3.1.5 Na execução do **SERVIÇO A**, a **CONTRATADA A** deverá entregar os **PRODUTOS** estabelecidos na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA DO SERVIÇO A**, nos prazos discriminados no aludido documento.
- 3.1.6 A **CONTRATADA A**, sem qualquer custo adicional para o **BNDES**, deverá entregar mensalmente ao **BNDES** relatório descrevendo as atividades realizadas no período, a fase de execução de cada atividade *vis a vis* o Plano de Trabalho, os percentuais executados, de acordo com os prazos inicialmente previstos e, sempre que necessário, apresentando medida para cumprimento do Plano de Trabalho. Uma proposta para este relatório deverá ser entregue com o Plano de Trabalho para análise e aprovação do BNDES.
- 3.1.6.1 O relatório indicado acima deverá apresentar as atividades previstas para o próximo período, bem como qualquer ponto de atenção para a execução do CONTRATO.

### 3.2 ESCOPO E DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DO SERVIÇO B

- 3.2.1 **OBJETIVO:** O **SERVIÇO B** na **FASE 1 (ESTUDOS PARA A DEFINIÇÃO DA MODELAGEM DE DESESTATIZAÇÃO)** tem por objetivo a execução, pela **CONTRATADA B**, da avaliação econômico-financeira, a identificação de pontos críticos com proposta de equacionamento dos mesmos, os estudos com vistas à implementação dos ajustes necessários para fins de recomendação do preço mínimo de venda das **AÇÕES** e do valor mínimo de outorga e/ou de outra variável de desestatização a ser definida, a proposta de modelagem de desestatização e os demais produtos e serviços indicados a seguir:
- 3.2.2 **Relatório de Premissas e Cenários Técnico-Operacionais e Regulatórios:** relatório a ser utilizado nas Avaliações Econômico-Financeiras elaboradas pelo **SERVIÇO A** e **SERVIÇO B**, que deverá incluir, ao menos, os seguintes elementos:
- a projeção de investimento de reposição, de atualização técnico-operacional e de expansão de capacidade identificados na Avaliação Técnico-Operacional, Recursos Humanos e Socioambiental, bem como as alternativas de expansão da rede de distribuição e para o atingimento das metas regulatórias de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira da EMPRESA e/ou da concessão do serviço de distribuição de energia elétrica;
  - a projeção de crescimento de demanda por classe de unidade consumidora;
  - a projeção das receitas e os impactos associados aos reajustes e revisões tarifárias, considerando as metodologias atualmente utilizadas pelo órgão



regulador e outras condições previstas nos atos de concessão existentes ou que vierem a ser expedidos;

- iv. a projeção dos custos e encargos setoriais projetados inerentes ao Setor de Distribuição de Energia Elétrica, bem como avaliar os encargos tributários e suas respectivas alíquotas, levando em conta eventuais benefícios aplicáveis, tais como COFINS, PIS, IRPJ e CSSL;
- v. a projeção de custos decorrentes da compra de energia elétrica e encargos setoriais e regulatórios associados;
- vi. a projeção dos custos de operação e manutenção, na visão de um custo eficiente de empresas comparáveis, com ênfase nos custos integrantes da "PARCELA B", incluindo o PMSO (Pessoal, Materiais, Serviços de Terceiros e Outros), levando em consideração os aspectos geográficos e densidade demográfica;
- vii. as projeções de perdas técnicas e não técnicas, em consonância com a metodologia e a qualidade do serviço requerido pela ANEEL;
- viii. as projeções da Base de Remuneração Regulatória (BRR), considerando os saldos de Ativo Imobilizado em Uso e de Ativo Imobilizado em Curso, e seus respectivos impactos nas futuras revisões tarifárias, na ótica de investimentos prudentes e custos eficientes, com base nas projeções do custo médio ponderado de capital, segundo a metodologia da ANEEL;
- ix. os prazos e condições estabelecidas na minuta do contrato de concessão a ser celebrado, em especial aqueles estabelecidos para o cumprimento das metas de qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira nos primeiros 5 (cinco) anos de concessão, bem como o Plano de Resultados pactuados com a ANEEL e as legislações aplicáveis mais recentes, quando aplicável;
- x. a projeção de investimentos em áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais e aquelas de populações de baixa renda, de acordo com a legislação aplicável e Resoluções emitidas pela ANEEL.

**3.2.2.1 A CONTRATADA A e a CONTRATADA B não poderão trocar ou repassar quaisquer informações diretamente entre si, devendo observar os procedimentos descritos no item 3.1.2.1 deste TERMO DE REFERÊNCIA.**

**3.2.3 Avaliação Econômico-Financeira**, conforme descrita no item 3.1.2 deste TERMO DE REFERÊNCIA para o **SERVIÇO A**, bem como atender às disposições estabelecidas nos itens 3.1.2.2 ao 3.1.2.5.

**3.2.3.1 A CONTRATADA B** deverá atuar de forma autônoma em relação à **CONTRATADA A** em relação à **Avaliação Econômico-Financeira**, preservando o devido sigilo.

**3.2.3.2 Na Avaliação Econômico-Financeira, a CONTRATADA B** deverá, ademais:

a) estimar o custo de liquidação da EMPRESA, o qual deverá considerar, dentre outros elementos, o custo de desligamento dos empregados da EMPRESA e encerramento de contratos com terceiros, a indenização devida pelos ativos regulatórios ainda não amortizados, a liquidação de dívidas da EMPRESA com terceiros, reversão de capital de giro e demais ajustes considerados necessários à liquidação da EMPRESA;

b) apurar os ajustes contábil-patrimoniais e financeiros em decorrência dos eventos ocorridos entre a data-base final da Due Diligence Contábil-Patrimonial, Due Diligence Jurídica e Avaliação Técnico-Operacional, Recursos Humanos e Socioambiental e a data-base das projeções econômico-financeiras; e

c) estimar os valores de saldos de créditos ou débitos referentes à Conta de Crédito de Combustíveis (CCC/CDE) e de outras contas relacionadas, considerando os valores provisionados no Balanço Patrimonial da EMPRESA e as decisões da ANEEL.

**3.2.3.3 A CONTRATADA** deverá entregar, no prazo previsto na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA** do seu respectivo serviço, relatório de avaliação econômico-financeira, contendo a metodologia utilizada, as principais premissas que se pretende adotar e os **resultados preliminares**, bem como as planilhas preliminares das projeções do fluxo de caixa. As planilhas preliminares, em formato Microsoft Excel (arquivo .xlsx), apresentadas nestes relatórios deverão estar no padrão previsto para a versão final, incluindo as premissas, metodologias e fórmulas que se pretende empregar na versão final descrita no item 3.2.3.4, mas deverão ser ajustadas em função de solicitações ou de alterações de condições.

**3.2.3.4 A CONTRATADA** deverá entregar, no prazo previsto na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA** do seu respectivo serviço, o **Relatório Conclusivo da Avaliação Econômico-Financeira**, que deverá contemplar todos os elementos destacados no itens 3.1.2, do 3.1.2.2 ao 3.1.2.5 e 3.2.3, em especial a descrição da metodologia empregada, as principais premissas adotadas, contendo as planilhas de projeções, a identificação e análise das alternativas de investimentos, o resultado obtido e conclusões, com a recomendação do preço mínimo das AÇÕES e/ou do valor mínimo de outorga, ou de outro critério de desestatização que venha a ser definido, acompanhado de sumário executivo consolidado.

**3.2.4 Due Diligence Jurídica da EMPRESA**, com apresentação de relatório abrangendo a análise e avaliação das informações e documentos para identificação de eventuais problemas que possam alterar, de forma relevante, a

posição contábil e/ou o valor de mercado da EMPRESA no que tange aos seguintes aspectos:

- i. de ordem fiscal, trabalhista, previdenciária, societária, civil, regulatória, ambiental e administrativa;
- ii. litígios existentes e potenciais, no âmbito administrativo e/ou judicial, que afetem, ou possam afetar, ou de qualquer modo estejam relacionados à EMPRESA, devendo a descrição conter o detalhamento do litígio, seu provável resultado, estimativa de conclusão e valores envolvidos;
- iii. situação da titularidade e posse dos imóveis e equipamentos registrados no ativo imobilizado da EMPRESA ou passíveis de serem ativados, e da regularidade da respectiva documentação, inclusive perante os registros públicos, indicando eventuais ônus ou gravames existentes; e
- iv. levantamento das informações públicas necessárias à realização deste serviço.

**3.2.4.1 A CONTRATADA B** deverá considerar em sua proposta que a obtenção das informações ocorrerá nas instalações da **EMPRESA**, órgãos competentes e outros locais quando necessário.

**3.2.4.2 A CONTRATADA B** deverá realizar avaliação própria quanto ao risco de perda dos processos judiciais, extrajudiciais e administrativos, sendo os dados fornecidos pela **EMPRESA** de caráter meramente consultivo.

**3.2.5 Due Diligence Contábil-Patrimonial**, com apresentação de relatório abrangendo a análise e avaliação das informações e documentos para identificação de eventuais ajustes que possam alterar, de forma relevante, a posição contábil-patrimonial e/ou o valor de mercado da **EMPRESA**, contemplando, em especial, as seguintes ações:

- a) adequar os valores registrados contabilmente aos valores dos elementos patrimoniais, considerando a probabilidade de ocorrência de eventos que possam influir no valor do patrimônio líquido da EMPRESA, identificando, entre outros:
  - i. ativos e passivos não registrados na escrituração comercial e tributária, com proposta de regularização mediante registro, com atribuição de valores;
  - ii. ativos registrados, porém não realizáveis, e de passivos registrados, porém não exigíveis, com proposta de regularização mediante estorno ou constituição de provisão de perdas;
  - iii. contingências, com a descrição dos eventos determinantes de sua possível realização em bens, direitos e obrigações, de sua probabilidade de ocorrência e atribuição de valores;

- b) identificar os procedimentos utilizados na Due Diligence Contábil-Patrimonial e o resultado da verificação dos procedimentos contábeis adotados na EMPRESA, no registro de obrigações tributárias, parafiscais, trabalhistas, comerciais, civis e administrativas, bem como analisar a conformidade de tais obrigações e a existência de eventuais créditos;
- c) descrever e avaliar a adequabilidade dos sistemas de controles internos, de custeio e de informações gerenciais adotados na EMPRESA em relação às boas práticas de mercado;
- d) descrever os princípios e práticas contábeis adotados na avaliação dos elementos constantes das demonstrações financeiras da EMPRESA e das alterações que sofreram nos últimos 2 (dois) exercícios sociais;
- e) descrever e avaliar a política de seguros adotada na EMPRESA e demonstração de eventuais insuficiências nos valores segurados; e
- f) apurar o resultado de confirmação das contas de: 1) depósitos bancários; 2) aplicações financeiras; 3) consumidores e revendedores; 4) rendas e títulos a receber; 5) empréstimos e financiamentos concedidos (curto e longo prazos); 6) investimentos; 7) ativos imobilizado, financeiro e intangível; 8) empréstimos e financiamentos obtidos (curto e longo prazos); 9) obrigações especiais; 10) fornecedores; 11) Contas de Resultados a Compensar – CRC; e 12) outras contas consideradas relevantes, a critério da CONTRATADA B.

**3.2.5.1 A CONTRATADA B** será responsável pelo conteúdo do relatório de Due Diligence Contábil-Patrimonial, exceto quanto aos elementos sobre os quais a **CONTRATADA B** tenha feito ressalva explícita. A Due Diligence Contábil-Patrimonial da **EMPRESA** deverá ser realizada com a observância dos padrões técnicos e éticos constantes das Normas e Procedimentos de Auditoria do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON vigentes no período do CONTRATO.

**3.2.5.2** Nas situações aplicáveis e quando não conflitantes com os pronunciamentos contábeis deverão ser consideradas as normas técnicas aplicadas ao setor elétrico, editadas pela ANEEL, incluindo, no mínimo, o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

**3.2.5.3** Os relatórios e documentos a serem apresentados devem se basear em informações e resultados mais recentes possíveis, por ocasião da respectiva elaboração ou revisão, de modo a atender o processo de desestatização.

**3.2.6 Avaliação Técnico-Operacional, Recursos Humanos e Socioambiental** da EMPRESA, com apresentação de relatório contemplando, dentre outros, os seguintes aspectos:

- 43
- a) avaliação do perfil da EMPRESA contemplando o histórico, área de abrangência, tamanho e características do mercado de atuação, e a evolução, nos últimos 5 (cinco) anos, dos principais indicadores operacionais, reais e regulatórios, quando aplicável, tais como os de qualidade do serviço (DEC e FEC), atendimento às ocorrências emergenciais, perdas técnicas e não técnicas, nível de inadimplência, PMSO, dentre outros, e indicadores de mercado, tais como número de unidades consumidoras, consumo e receita, por segmento de classe consumidora e nível de tensão, dentre outros considerados relevantes no setor de distribuição de energia elétrica;
  - b) a descrição, o diagnóstico e a avaliação das condições técnicas e físicas dos ativos operacionais, em especial dos principais equipamentos e da infraestrutura de geração e de distribuição de energia elétrica (subestações e linhas de distribuição), apresentando os dados principais físicos e a identificação dos pontos críticos nas redes de distribuição por tipo de tensão, a adequação da capacidade existente das subestações de energia e dos ativos de geração (geradores e termelétricas), bem como a descrição e avaliação dos serviços e investimentos contratados de manutenção e expansão em andamento;
  - c) a avaliação dos investimentos em andamento, considerando o grau de realização, factibilidade, potencial de unitização futura dos ativos imobilizados em curso para a composição da Base de Remuneração Regulatória, e impactos nas projeções de investimentos dos primeiros 5 (cinco) anos da concessão;
  - d) a projeção dos investimentos necessários de reposição, de modernização e de expansão de capacidade dos principais ativos de geração própria e de distribuição nos primeiros 5 (cinco) anos da concessão, com estimativa do montante de investimento em valores vigentes de mercado, com base na análise crítica dos planos de investimentos existentes elaborados pela EMPRESA;
  - e) balanço energético nos últimos anos, contendo, dentre outras informações, o volume de energia contratada e requerida, identificando o nível de reconhecimento tarifário e eventual exposição involuntária em termos de sobrecontratação ou de subcontratação, e propondo, se necessário, sua adequação ou necessidade de renegociação dos termos destes contratos;
  - f) identificação e análise dos termos e condições dos contratos vigentes de compra de energia no mercado regulado;
  - g) análise dos ressarcimentos, repasses, glosas, dívidas e saldos dos fundos setoriais Conta Consumo de Energia (CCC), da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e da Reserva Global de Reversão (RGR);

- h) análise de eventual(is) laudo(s) de avaliação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) elaborado(s) por empresa credenciada pela ANEEL e seus impactos;
- i) análise das perdas técnicas e não técnicas nos últimos 5 (cinco) anos frente aos limites regulatórios utilizados nos processos tarifários e no cálculo do nível eficiente de perdas;
- j) compensações por transgressão dos Indicadores de Qualidade do Serviço;
- k) avaliação dos Recursos Humanos da EMPRESA, contemplando, dentre outros aspectos, o levantamento, o diagnóstico e análise: (i) do perfil dos empregados, considerando as faixas etárias, grau de escolaridade, tempo de serviço, qualificação profissional, cargo e tipo de vínculo, situação em relação ao regime previdenciário, dentre outros; (ii) da estrutura organizacional e gerencial atual; (iii) índices comparativos de quantitativo e de produtividade com empresas similares identificando eventuais deficiências ou assimetrias; (iv) plano de cargos e salários; (v) programas de desenvolvimento e treinamento; (vi) avaliação de desempenho; (vii) benefícios existentes; (viii) impactos dos acordos coletivos de trabalho vigentes; (ix) afastamentos, acidentes e medicina do trabalho; (x) obrigações, coberturas e despesas relativas a plano ou assistência à saúde de empregados e seus dependentes; (xi) estimativa do número de empregados e aposentados habilitáveis para efeito de oferta de ações, caso houver;
- l) análise e diagnóstico dos contratos de terceirização de pessoal, considerando as áreas de atuação, a natureza das atividades exercidas, os riscos e custos estimados associados à primarização, dentre outros; e
- m) análise e avaliação da situação socioambiental da EMPRESA e da sua regularidade ambiental na sua área de atuação e em outras áreas afetadas por suas operações, direta ou indiretamente, abrangendo os ativos de geração próprios e de distribuição, mediante levantamento e identificação, por meio de visitas a campo, entrevistas com gestores e análise de documentação, considerando, dentre outros elementos, os programas e as políticas socioambientais da EMPRESA, o cumprimento dos condicionantes das licenças ambientais, a gestão do tratamento e destinação de resíduos contaminantes, a identificação dos riscos e passivos socioambientais existentes e potenciais, os pontos críticos e recomendações de ajustes, a estimativa de investimento em adequações necessárias e a indicação de adoção de mecanismos de mitigação dos riscos socioambientais que assegurem a sustentabilidade e a continuidade das operações da EMPRESA.

**3.2.7 Modelagem da Desestatização**, através da apresentação de relatório contemplando uma ou mais propostas de desestatização, abrangendo, entre outros aspectos, os seguintes:

- a. as características e definições resultantes do Modelo Institucional e de Gestão do Setor Elétrico Brasileiro, sob a responsabilidade do Ministério das Minas e Energia, bem como os mecanismos introduzidos na legislação aplicável vigente, em especial as Leis Federais nºs 8.987/1995, 9.074/1995, 9.427/1996, 10.438/2002, 12.783/2013, e 13.360/2016, bem como nos atos normativos expedidos pela ANEEL;
- b. a recomendação, por meio do fluxo de caixa descontado da firma e do acionista, do valor mínimo da outorga da concessão, do preço mínimo de venda das ações, e/ou de outro critério de desestatização a ser definido, considerando o resultado da avaliação econômico-financeira elaborada pelo **SERVIÇO A** e pelo **SERVIÇO B**, bem como eventual necessidade de ajustes e/ou de aportes, como capitalização por meio de conversão ou assunção de dívidas, pelo atual ou pelo futuro controlador da EMPRESA, para viabilizar seu processo de desestatização;
- c. a apresentação do fluxo de dividendos da EMPRESA com a concessão, no caso de aporte pelo atual acionista controlador, de modo a fundamentar sua decisão;
- d. a identificação de pontos críticos, ajustes necessários e recomendações ao processo de desestatização da EMPRESA;
- e. a possibilidade de eventual indenização pelos ativos regulatórios não amortizados, a serem transferidos para o novo concessionário;
- f. proposição de sistemática de desestatização mais adequada considerando a legislação vigente, de forma a trazer maior benefício econômico e maior possibilidade de sucesso da desestatização;
- g. proposição de forma de pagamento, observadas as disposições legais;
- h. levantamento de eventuais obrigações e/ou gravames envolvendo as AÇÕES da EMPRESA;
- i. proposição das condições para a alienação das AÇÕES na oferta aos empregados e aposentados da EMPRESA, se aplicável, incluindo o percentual e o mecanismo de liquidez das ações a serem ofertadas;
- j. avaliação sobre a conveniência de se exigir a pré-qualificação dos candidatos interessados na aquisição de AÇÕES e/ou da concessão, com a apresentação de proposta para os critérios de pré-qualificação; e
- k. o cronograma para o processo de desestatização, de acordo com as alternativas de modelagem de venda.

**3.2.7.1** Em relação à alínea “d” acima, a **CONTRATADA B** deverá identificar os pontos críticos da avaliação econômico-financeira e do processo de desestatização da EMPRESA e recomendar os ajustes necessários, bem como propor ações que possam gerar valor da EMPRESA ou reduzir a incerteza sobre seu valor de venda, especialmente:

- a. aspectos de natureza institucional, societária, financeira, contábil-patrimonial, fiscal, tributária, previdenciária, civil, regulatório, trabalhista, administrativa, operacional e contratual que possam constituir obstáculos ao processo de desestatização da EMPRESA;
- b. os eventuais acertos financeiros, mediante encontro de contas, aumento de capital e outras providências;
- c. a partir da avaliação do perfil de endividamento da EMPRESA, indicar as alternativas mais adequadas de pagamento das mesmas, compatíveis com o fluxo de caixa da EMPRESA, considerando, inclusive, o seu alongamento e/ou capitalização, se for o caso; e
- d. a identificação de contratos que demandem *waivers*/anuência prévia, em virtude de vencimento antecipado na hipótese de alteração de controle acionário da EMPRESA.

**3.2.8 Assessoria de Comunicação para a FASE 1 – A CONTRATADA B** prestará serviço de Assessoria de Comunicação, contemplando atividades tais como:

- I - elaboração do Plano de Comunicação, incluindo o mapeamento dos STAKEHOLDERS mais relevantes, a definição das estratégias de abordagem, os riscos e os planos de ação, em conformidade com a modelagem de desestatização, devendo contemplar as atividades das FASES 1 e 2;
- II - apoio ao BNDES no gerenciamento das atividades de comunicação do processo de desestatização da EMPRESA de modo a responder adequadamente e em tempo hábil a quaisquer questões que possam surgir durante sua execução; e
- III - envio de *clipping* digital diário, visando o gerenciamento e o monitoramento das diversas mídias de comunicação sobre o processo de desestatização da EMPRESA, as manifestações de entidades empresariais, sindicais e governamentais, o mercado de distribuição de energia elétrica, os movimentos de consolidação do setor (fusões e aquisições) e outras que venham a acompanhar o interesse dos potenciais investidores no negócio.

**3.2.8.1** O Plano de Comunicação indicado no inciso I do item 3.2.8 deverá ser entregue ao BNDES em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da assinatura do CONTRATO.



**3.2.9 Relatório de Potenciais Investidores**, com a elaboração de relatório de identificação e avaliação dos potenciais investidores nacionais e estrangeiros acerca da atratividade dos negócios, incluindo o levantamento de informações relativas ao seu porte, perfil técnico-operacional e capacidade econômico-financeira.

**3.2.9.1** O relatório previsto no subitem anterior deverá ser atualizado pela **CONTRATADA B** diante de qualquer nova informação de mercado relevante para o processo de desestatização, bem como por solicitação do BNDES, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, durante qualquer uma das **FASES**.

**3.2.10 Assessoria Jurídica na FASE 1**, a ser prestada mediante a execução dos seguintes serviços, observado o **subitem 13.2** deste **TERMO DE REFERÊNCIA**:

a) elaboração de minuta de proposta para as instâncias decisórias da EMPRESA para deliberação e aprovação da proposta de licitação da concessão de distribuição de energia elétrica no Estado do Amapá, associada à transferência de controle da **EMPRESA**, bem como da aprovação/homologação das condições de venda, de acordo com o Relatório de Modelagem descrito no item 3.2.7 deste **TERMO DE REFERÊNCIA**, devendo contemplar, entre outras informações, a metodologia de avaliação utilizada, as principais condições de alienação das AÇÕES e da outorga da concessão do serviço de distribuição de energia elétrica, a forma de desestatização, os valores propostos das AÇÕES e da outorga da concessão;

a.1) A minuta deverá estar de acordo com a legislação brasileira, observando também, onde aplicável, todas as exigências da CVM sobre valores mobiliários; e

b) elaboração de minutas de respostas aos questionamentos em sede administrativa e ações judiciais relacionadas ao processo de licitação da concessão de distribuição de energia elétrica no Estado do Amapá, associada à transferência de controle da **EMPRESA**, incluindo a oferta de AÇÕES aos empregados e aposentados, caso ocorra, além de procedimentos preliminares de solicitação de informações e esclarecimentos, manejados pelo Ministério Público, Tribunais de Contas ou outras entidades que exerçam atribuições fiscalizatórias, aprobatórias, legislativas, judiciais, de controle e fiscalização;

b.1) A **CONTRATADA** deve apresentar as minutas das respostas no prazo solicitado pelo BNDES, o qual pode variar a depender da necessidade do **CONTRATANTE**;

- c) elaboração de apresentações, relatórios, pareceres e opinativos jurídicos, que venham a ser solicitados;
- d) análise de outros aspectos e temas jurídicos diretamente pertinentes à estruturação, licitação, contratação e operação do **PROJETO**; e
- e) monitoramento das ações judiciais e processos administrativos críticos que possam impactar o processo de desestatização, comunicando ao BNDES as atualizações relevantes, com a proposição de medidas a serem adotadas pelos órgãos envolvidos;

**3.2.11 Gerenciamento e Suporte das Atividades na FASE 1**, a ser prestada mediante atividades de gerenciamento relativas ao escopo de trabalho do **SERVIÇO B** especificado nesse **TERMO DE REFERÊNCIA**, envolvendo todas as atividades e **PRODUTOS** necessários, tais como:

- a) elaboração e apresentação ao **BNDES** de relatórios mensais de acompanhamento gerencial, conforme modelo previamente acordado, descrevendo as atividades previstas e realizadas no período, a fase de execução de cada atividade *vis a vis* o cronograma, os percentuais executados, de acordo com os prazos inicialmente previstos e, sempre que necessário, apresentando uma medida para cumprimento do Plano de Trabalho aprovado pelo **BNDES**, bem como as atividades previstas para o próximo período e os pontos de atenção para a perfeita execução do **CONTRATO**;
- b) acompanhamento semanal do *status* das atividades e de planos de ação para correção de eventuais atrasos em relação ao *baseline* de execução dos **SERVIÇOS**, com a devida comunicação formal ao BNDES e reunião de alinhamento por conferência telefônica;
- c) gestão de todas as atividades necessárias à execução do escopo previsto neste Termo de Referência, especialmente quanto à coordenação das diferentes equipes técnicas da **CONTRATADA**, de forma a garantir a qualidade e consistência de todos os **PRODUTOS** e **SERVIÇOS** entregues;
- d) caso a licitação seja realizada em bolsa de valores, manutenção de entendimentos com a respectiva entidade, bem como com câmara de liquidação e custódia, visando a assessorá-las na elaboração do manual de instrução para as sociedades corretoras e **INVESTIDORES** que participarem do processo licitatório manejado com vistas à adjudicação do **PROJETO**;

- e) coordenação, suporte e preparação de apresentações para as reuniões de acompanhamento com o **BNDES**, União e demais órgãos federais, **EMPRESA**, TRIBUNAL DE CONTAS, e/ou órgãos e entidades estaduais, incluindo-se, ainda, a elaboração de atas das reuniões e outras atividades instrumentais eventualmente necessárias; e
- f) elaboração de documentos com informações adicionais aos **PRODUTOS**, quando eventualmente solicitados pelo **BNDES**, respeitando o escopo dos **SERVIÇOS**

#### **4.1 SERVIÇOS PARA A FASE 2 - PREPARAÇÃO DO LEILÃO E CONCLUSÃO DO PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO ("FASE 2")**

##### **4.1 ESCOPO E DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DO SERVIÇO B**

**4.1.1 OBJETIVO:** O **SERVIÇO B** na **FASE 2** tem por objetivo o auxílio e a assessoria em todos os atos preparatórios e executórios necessários à desestatização, incluindo, mas não se limitando, os seguintes serviços:

**4.1.2 Assessoria Jurídica na FASE 2**, a ser prestada mediante a execução dos seguintes serviços:

- a) elaboração de minuta de edital de desestatização da **EMPRESA**, associada à outorga do serviço público de distribuição de energia elétrica, e de seus anexos, quando aplicável, tais como o manual de oferta de **AÇÕES** aos empregados e aposentados e o contrato de compra e venda das **AÇÕES**, os quais deverão conter, além das informações previstas em lei, outras julgadas necessárias aos potenciais investidores e entidades reguladoras, devendo incorporar posteriormente, na versão final dos editais para publicação, eventuais alterações recomendadas pelo **BNDES** e demais órgãos aprobatórios, regulatórios e de controle externo;
- b) auxílio para análise de todas as questões jurídicas sugeridas por ocasião das consultas e/ou audiências públicas eventualmente promovidas pelo **BNDES** ou pela **ANEEL**;
- c) acompanhamento e auxílio à Equipe indicada pelo **BNDES** na(s) audiência(s) pública(s), com a entrega, em até 5 (cinco) dias úteis após a sua realização, a respectiva minuta de ata contendo as contribuições e sugestões colhidas durante a audiência;
- d) manutenção de entendimentos com a Bolsa de Valores, visando assessorá-la na elaboração dos manuais de procedimentos para as sociedades corretoras e investidores que participarem do leilão de desestatização;

e) elaboração de minutas de respostas aos questionamentos em sede administrativa, impugnações ao edital de desestatização e seus anexos, recursos administrativos e ações judiciais relacionadas ao processo de desestatização da EMPRESA, associada à concessão do serviço de distribuição, incluindo a oferta de AÇÕES aos empregados e aposentados, caso ocorra, além de procedimentos preliminares de solicitação de informações e esclarecimentos, manejados pelo Ministério Público, Tribunais de Contas ou outras entidades que exerçam atribuições fiscalizatórias, aprobatórias, legislativas, judiciais, de controle e fiscalização;

e.1) A CONTRATADA deve apresentar as minutas das respostas no prazo solicitado pelo BNDES, o qual pode variar a depender da necessidade do BNDES;

f) elaboração de apresentações, relatórios, pareceres e opinativos jurídicos, que venham a ser solicitados;

g) análise de outros aspectos e temas jurídicos diretamente pertinentes à estruturação, licitação, contratação e operação do PROJETO;

h) monitoramento das ações judiciais e processos administrativos críticos que possam impactar o processo de desestatização, comunicando ao BNDES as atualizações relevantes, com a proposição de medidas a serem adotadas pelos órgãos envolvidos; e

i) elaboração do Relatório Final do Processo de Desestatização da Empresa, que aborde os principais eventos do processo de desestatização, destacando-se: as condições de venda e meios de pagamento utilizados; a relação dos licitantes; a identificação dos adquirentes, com indicação de tipos, preços e quantidades de ações adquiridas, o valor de outorga e a sua forma de pagamento; os produtos e serviços prestados e os respectivos de destaque; e a síntese de eventuais questionamentos judiciais ou administrativos relacionadas ao processo de desestatização.

**4.1.2.1** Em relação a todos os serviços detalhados no item 4.1.2, inclui-se a obrigação da **CONTRATADA**, sem nenhum custo adicional, em auxiliar e assessorar o **BNDES** no envio de documentação e/ou na elaboração de respostas, informações e esclarecimentos a entidades e órgãos públicos com atribuições regulatórias, aprobatórias e/ou legislativas, tais como **CVM, ANEEL, TCU e TCE-AP**.

**4.1.2.2** Para a elaboração dos PRODUTOS, a Assessoria Jurídica deverá considerar e analisar a minuta de contrato de concessão elaborada pela ANEEL para

outorga de serviços de distribuição em favor da EMPRESA, propondo eventuais ajustes necessários para o aprimoramento da referida minuta.

#### **4.1.3 Outros Serviços Profissionais Especializados necessários ao Processo de Desestatização:**

##### **4.1.3.1 A CONTRATADA B atuará junto a potenciais investidores, prestando ao BNDES os seguintes serviços:**

- I - promoção, organização e participação em ROAD SHOW no País com potenciais investidores, com o objetivo de prestar esclarecimentos e informações adicionais àquelas contidas nos editais, assegurando igualdade de tratamento a todos os interessados, com a presença do AUDITOR EXTERNO DO PROCESSO, se aplicável;
- II - participação em reuniões técnicas com potenciais investidores e apresentações junto à associações de investidores do mercado, com o objetivo de prestar esclarecimentos e informações adicionais àquelas contidas nos estudos ou editais, assegurando igualdade de tratamento a todos os interessados, com a presença do AUDITOR EXTERNO DO PROCESSO, se aplicável;
- III - disponibilização de **SALA DE INFORMAÇÕES VIRTUAL** e *softwares* necessários voltados ao compartilhamento eficiente de documentos e de informações da EMPRESA em ambiente seguro e controlado, com restrição de acesso a usuários previamente cadastrados e a outros públicos controlados, envio de mensagens automáticas, e mapeamento dos acessos por diversos filtros e emissão de relatórios periódicos, sendo de responsabilidade da EMPRESA o fornecimento dos dados, informações e documentos e seu carregamento (*upload*) na **SALA DE INFORMAÇÕES VIRTUAL**;
- IV - suporte, manutenção e demais serviços necessários à operacionalização da **SALA DE INFORMAÇÕES VIRTUAL**, incluindo a prestação de serviços técnicos na área de Tecnologia da Informação para o fornecimento, implantação, manutenção, custeio pela utilização dos *softwares* necessários e suporte técnico de sistemas de gestão de *data room*.

**4.1.3.1.1** Para fins do disposto no inciso I do item 4.1.3.1, o **ROAD SHOW** deverá ocorrer em pelo menos duas cidades, a serem escolhidas entre Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, conforme a melhor estratégia de divulgação da desestatização, em condições compatíveis com as características, relevância e complexidade do processo de desestatização, sendo de responsabilidade da CONTRATADA B todos os custos diretos e indiretos relativos à promoção, organização e realização do evento, tais como aluguel de espaço, elaboração e disponibilização de apresentações institucionais, transporte, alimentação e hospedagem da equipe organizadora, ou serviços de terceiros, não se

incluindo os custos referentes à participação no ROAD SHOW dos potenciais investidores, do BNDES ou demais agentes públicos.

**4.1.3.1.1** As apresentações e reuniões em determinada cidade poderão ocorrer em dias diferentes, com vistas a atender ao maior número possível de potenciais investidores, hipótese em que serão consideradas integrantes do mesmo ROAD SHOW.

**4.1.3.1.2** Em caso de alterações na modelagem do negócio posteriores à realização do ROAD SHOW, o BNDES, a seu critério, poderá solicitar a realização de um novo ROAD SHOW.

**4.1.3.1.3** A **CONTRATADA B** deverá assegurar ao **BNDES**, até o final da vigência do **CONTRATO**, o suporte, manutenção e demais serviços necessários à operacionalização da **SALA DE INFORMAÇÕES VIRTUAL**, incluindo a prestação de serviços técnicos na área de Tecnologia da Informação para o fornecimento, implantação, manutenção, custeio pela utilização dos *softwares* necessários e suporte técnico de sistemas de gestão de *data room*;

**4.1.3.1.4** A **CONTRATADA B** deverá disponibilizar o acesso à **SALA DE INFORMAÇÕES** virtual à **EMPRESA** no prazo previsto na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA DO SERVIÇO B**, sendo possível a antecipação do momento da sua disponibilização, sem custos para o **BNDES**.

**4.1.3.1.5** A **SALA DE INFORMAÇÕES VIRTUAL** poderá ser utilizada, conforme necessidades do processo de desestatização e a critério do BNDES, pelos profissionais da **CONTRATADA A** e da **CONTRATADA B**, subcontratados da **CONTRATADA B**, representantes da **EMPRESA** e do **BNDES** envolvidos diretamente no processo de desestatização e **AUDITOR EXTERNO DO PROCESSO**.

**4.1.3.1.6** A disponibilidade das informações e documentos na **SALA DE INFORMAÇÕES** virtual não exige as **CONTRATADAS** de terem que ir aos locais das instalações da **EMPRESA** para a obtenção de documentos e informações adicionais para a perfeita execução das avaliações.

**4.1.3.2** Caso seja realizada a oferta de **AÇÕES** aos empregados e aposentados da **EMPRESA**, a **CONTRATADA B** prestará ao **BNDES** os seguintes serviços:

I - elaboração de documentos descritivos da oferta de **AÇÕES** aos empregados e aposentados da **EMPRESA** incorporando, posteriormente, eventuais alterações solicitadas pelo **BNDES**, visando facilitar o entendimento sobre o processo de desestatização da **EMPRESA** e sobre os procedimentos da oferta

das ações, em linguagem didática e adequada ao seu público-alvo. Estes documentos deverão incluir pelo menos, apresentação a ser usada em reunião com os empregados e aposentados, documento com os principais aspectos e passo a passo da Oferta e perguntas frequentes sobre a Oferta; e

II - promoção, preparação, elaboração de apresentações e participações em reuniões com os empregados e aposentados, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o processo de desestatização da EMPRESA e sobre os procedimentos de oferta das AÇÕES;

**4.1.3.3 A CONTRATADA B** atuará junto aos **STAKEHOLDERS** e ao público em geral, prestando ao **BNDES** os serviços necessários para a realização de **Audiência(s) ou Consulta(s) Pública(s)** exigida(s) no processo de desestatização, na localidade da sede da EMPRESA, tais como, aluguel de espaço e de equipamentos, organização, montagem, transporte e hospedagem da equipe da organização, gravação de vídeo e som, e demais serviços complementares, atendendo aos requisitos legais e critérios de segurança e acessibilidade, com capacidade aproximada de 200 (duzentas) pessoas, podendo ser menor, em razão de fato alheio à vontade da CONTRATADA e devidamente justificado.

**4.1.3.3.1** Será de responsabilidade da **CONTRATADA B** assumir todos os custos diretos e indiretos necessários à realização da(s) Audiência(s) Pública(s), ressalvados os custos referentes à participação de terceiros, do BNDES ou demais agentes públicos.

**4.1.3.3.2** A identificação do local para a realização de audiência(s) pública(s) necessária(s) ao processo de desestatização deve ser apresentada ao **BNDES**, para que o mesmo valide a sugestão da **CONTRATADA**.

**4.1.3.4 Assessoria de Comunicação para a FASE 2 – A CONTRATADA B** prestará serviço de Assessoria de Comunicação, contemplando atividades tais como:

I - apoio ao BNDES no gerenciamento das atividades de comunicação do processo de desestatização da EMPRESA de modo a responder adequadamente e em tempo hábil a quaisquer questões que possam surgir durante sua execução;

II – envio de *clipping* digital diário, visando o gerenciamento e o monitoramento das diversas mídias de comunicação sobre o processo de desestatização da EMPRESA, as manifestações de entidades empresariais, sindicais e governamentais, o mercado de distribuição de energia elétrica, os movimentos de consolidação do setor (fusões e aquisições) e outras que venham a acompanhar o interesse dos potenciais investidores no negócio; e

III - preparação de materiais e mensagens de divulgação para eventos associados ao processo de desestatização, tais como SALA DE

INFORMAÇÕES, reuniões com interessados, *road show*, audiências públicas, publicação do edital de desestatização e reuniões de esclarecimentos com empregados e aposentados da EMPRESA, caso aplicável.

**4.1.3.5 Gerenciamento e Suporte das Atividades na FASE 2**, a ser prestada mediante atividades de gerenciamento relativas ao escopo de trabalho do **SERVIÇO B** especificado nesse **TERMO DE REFERÊNCIA**, envolvendo todas as atividades e **PRODUTOS** necessários, tais como:

- a) elaboração e apresentação ao BNDES de relatórios mensais de acompanhamento gerencial, conforme modelo previamente acordado, descrevendo as atividades previstas e realizadas no período, a fase de execução de cada atividade vis a vis o cronograma, os percentuais executados, de acordo com os prazos inicialmente previstos e, sempre que necessário, apresentando uma medida para cumprimento do Plano de Trabalho aprovado pelo BNDES, bem como as atividades previstas para o próximo período e os pontos de atenção para a perfeita execução do CONTRATO;
- b) acompanhamento semanal do *status* das atividades e de planos de ação para correção de eventuais atrasos em relação ao *baseline* de execução dos **SERVIÇOS**, com a devida comunicação formal ao BNDES e reunião de alinhamento por conferência telefônica;
- c) gestão de todas as atividades necessárias à execução do escopo previsto neste Termo de Referência, especialmente quanto à coordenação das diferentes equipes técnicas da **CONTRATADA**, de forma a garantir a qualidade e consistência de todos os PRODUTOS e SERVIÇOS entregues;
- d) caso a licitação seja realizada em bolsa de valores, manutenção de entendimentos com a respectiva entidade, bem como com câmara de liquidação e custódia, visando a assessorá-las na elaboração do manual de instrução para as sociedades corretoras e **INVESTIDORES** que participarem do processo licitatório manejado com vistas à adjudicação do **PROJETO**;
- e) coordenação, suporte e preparação de apresentações para as reuniões de acompanhamento com o **BNDES**, União e demais órgãos federais, **EMPRESA**, TRIBUNAL DE CONTAS, e/ou órgãos e entidades estaduais, incluindo-se, ainda, a elaboração de atas das reuniões e outras atividades instrumentais eventualmente necessárias;



f) elaboração de documentos com informações adicionais aos **PRODUTOS**, quando eventualmente solicitados pelo **BNDES**, respeitando o escopo dos **SERVIÇOS**; e

g) suporte e gerenciamento das atividades necessárias à elaboração, no prazo devido, de respostas aos questionamentos e contribuições apresentados durante o período de consulta pública e/ou na realização de audiência pública relativas ao PROJETO a ser licitado, bem como, ao longo de todo o processo licitatório.

**4.2** Na execução do **SERVIÇO B** a **CONTRATADA** deverá prestar os serviços discriminados na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA DO SERVIÇO B**, nos prazos discriminados no aludido documento, responsabilizando-se pela qualidade dos serviços prestados, bem como pelo da(s) eventual(is) subcontratada(s).

**4.3** A **CONTRATADA B** deverá promover todas as revisões e ajustes necessários nos **PRODUTOS** do **SERVIÇO B** até a(s) data(s) limite(s) para a(s) entrega(s) das propostas do leilão da EMPRESA, por solicitação do BNDES ou com vistas ao atendimento de demandas provenientes de órgãos de fiscalização, regulação e controle interno e externo.

**4.3.1** As revisões ou ajustes previstos no item 4.3 acima não serão considerados novos **PRODUTOS** para fins de pagamento, e deverão ser cumpridos ainda que após a emissão do **TERMO DE ACEITE DEFINITIVO** do respectivo **PRODUTO**.

## **5. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO**

**5.1** Para os **SERVIÇOS** A e B, será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos da legislação vigente e conforme regulado no edital da licitação.

**5.2** Com relação aos serviços jurídicos integrantes do Serviço B, deverá ser observado o disposto no Estatuto da OAB. (Lei nº 8.906/199, art. 1º, II, e art. 16, §3º).

**5.3** É permitida a subcontratação de parcela dos **SERVIÇOS TÉCNICOS**, desde que previamente solicitado pela **CONTRATADA** e expressamente autorizado pelo **BNDES**.

**5.3.1** O **BNDES** se reserva ao direito exclusivo de não autorizar a subcontratação de parcela dos **SERVIÇOS TÉCNICOS**, quando a indicação da empresa

subcontratada pela **CONTRATADA** puder comprometer a isenção, imparcialidade ou qualidade técnica dos serviços a serem prestados.

5.4 Qualquer problema decorrente da subcontratação será resolvido pela **CONTRATADA**, não decorrendo daí nenhuma responsabilidade para o **BNDES**, mesmo que haja ônus para a **CONTRATADA** ou qualquer subcontratada.

5.5 A **CONTRATADA** será, perante o **BNDES**, responsável pelos serviços realizados pelas subcontratadas, não podendo transferir suas responsabilidades pelas obrigações estabelecidas no Edital de Licitação, no **TERMO DE REFERÊNCIA** e no **CONTRATO**.

5.6 Será permitida a subcontratação de, no máximo, 40% (quarenta por cento) do valor do **CONTRATO**, sendo permitida a subcontratação dos seguintes serviços:

- a) Due Diligence Jurídica (item 3.2.4);
- b) Due Diligence Contábil-Patrimonial (item 3.2.5);
- c) Avaliação dos Recursos Humanos e Avaliação Socioambiental (item 3.2.6, alíneas "k", "l", "m");
- d) Assessoria de Comunicação (itens 3.2.8 e 4.1.3.4);
- e) Serviços de suporte à(s) **SALA(S) DE INFORMAÇÃO** física e virtual (item 4.1.3.1 incisos III e IV); e
- f) Demais serviços auxiliares necessários para a execução do objeto do **CONTRATO**, tais como organização, montagem e locação de espaços e equipamentos para eventos, gravação e edição de som e vídeo, segurança, traduções, transporte e hospedagem, dentre outros.

5.7 A **CONTRATADA** ou subcontratada não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação do **PROJETO**. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica ou financeira entre a **CONTRATADA** e algum dos licitantes participantes do certame, relacionado ao **PROJETO**.

5.7.1 A restrição disposta no item 5.7 também se aplica:

- a) aos controladores, controladas, coligadas e entidades sob controle comum da **CONTRATADA**;

b) às pessoas físicas e jurídicas que atuarão como contratadas ou prepostos da CONTRATADA para a execução dos SERVIÇOS TÉCNICOS pela CONTRATADA.

5.8 Não será aceita a participação ou subcontratação de pessoa jurídica com contrato vigente em relação à auditoria externa da EMPRESA, para o serviço de Due Diligence Contábil-Patrimonial.

5.9 É vedada a participação de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, na condição de sociedade coligada, controlada ou controladora, em mais de um consórcio referentes ao SERVIÇO A e ao SERVIÇO B.

5.10 É vedada a participação de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, na condição de sociedade coligada, controlada ou controladora, em mais de um consórcio referentes ao SERVIÇO A e ao SERVIÇO B.

## 6 LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO - SERVIÇO A E SERVIÇO B

6.1 Os locais de prestação dos serviços incluem as seguintes localidades: Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Macapá/AP e os demais municípios da área de concessão da EMPRESA, bem como outros locais em que devam ser prestados todos os serviços especificados neste TERMO DE REFERÊNCIA (tais como contatos com potenciais investidores, reuniões com empregados e aposentados da EMPRESA, ROAD SHOW, SALAS DE INFORMAÇÕES e outros).

6.1.1 Todos os locais em que devam ser prestados os serviços especificados neste TERMO DE REFERÊNCIA, ainda que não expressamente mencionados, devem ser considerados na Proposta de Preço dos Licitantes.

6.2 O BNDES comunicará, sempre que possível, com antecedência de 48 horas, as datas e locais das reuniões de trabalho e de acompanhamento, preferencialmente nas cidades do Rio de Janeiro/RJ, Brasília/DF, São Paulo/SP e na capital do estado que abriga a área de concessão. Os prazos para a entrega dos PRODUTOS do **SERVIÇO A** estão indicados na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA DO SERVIÇO A**, e da **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA DO SERVIÇO B**.

6.3 Em até 10 (dez) dias corridos, contados da data da assinatura do CONTRATO, a **CONTRATADA** deverá realizar reunião com o **BNDES**, na qual deverá:

- I - apresentar a equipe alocada na prestação dos serviços, nos termos do item 11 deste **TERMO DE REFERÊNCIA**, acompanhada de todos os registros legalmente exigidos pelos Conselhos de Fiscalização Profissional;
- II - definir quais documentos deverão lhe ser disponibilizados para a realização dos trabalhos, sem prejuízo de solicitações posteriores de documentos que se revelem necessários à execução do objeto deste **TERMO DE REFERÊNCIA**;
- III - apresentar os **TERMOS DE CONFIDENCIALIDADE**, devidamente assinados, formalizados entre o **BNDES** e a equipe indicada para a prestação dos serviços; e
- IV - apresentar o Plano de Trabalho, contados da data da assinatura do **CONTRATO**, contemplando o cronograma semanal do projeto com os principais eventos, reuniões e atividades necessárias para atingir o objetivo estabelecido, bem como as pessoas responsáveis por cada atividade;

IV.a - No tocante ao **SERVIÇO B**, o Plano de Trabalho deve contemplar as atividades das **FASES 1 e 2**.

**6.4** Em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da assinatura do **CONTRATO**, a **CONTRATADA** para o **SERVIÇO B** deverá apresentar o Plano de Comunicação indicado no inciso I do item 3.2.8.

**6.5** Para o **SERVIÇO A** e o **SERVIÇO B**, as **CONTRATADAS**, quando solicitadas pelo **BNDES**, independentemente da FASE de execução do **SERVIÇO**, obrigam-se a realizar exposições, a participar de reuniões, presenciais e/ou por videoconferência ou conferência telefônica, e a prestar informações verbais e/ou por escrito, relacionadas ao escopo dos serviços, bem como fazê-lo quando for necessário, assessorar o **BNDES** nos esclarecimentos, divulgação e/ou defesa do processo de desestatização, fornecendo, nos prazos solicitados, quaisquer informações, esclarecimentos e documentos sobre os trabalhos realizados ou em andamento, destinados aos órgãos e entidades públicos, bem como a empresas interessadas, a entidades de classe e ao público em geral.

**6.5.1** A obrigação da **CONTRATADA** descrita no item 6.5 deve ser considerada como inerente ao escopo dos serviços, sem gerar qualquer custo adicional para o **BNDES** além dos discriminados na Proposta de Preços, e será exigível em qualquer **FASE** de execução do **SERVIÇO**, devendo ser desempenhada mesmo após a entrega de todos os **PRODUTOS** estipulados neste **TERMO DE REFERÊNCIA**.

**6.6** A **CONTRATADA** realizará todas as atividades necessárias para atingir o escopo do **CONTRATO**, mantendo a qualidade e o prazo acordados para a execução dos serviços.

- 6.7 As informações e documentos necessários à execução do objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA serão colocados à disposição da **CONTRATADA** nas dependências da **EMPRESA** ou deverão ser solicitados diretamente ao responsável pela sua guarda. Caso a solicitação não seja atendida em até 5 (cinco) dias úteis, a **CONTRATADA** deverá comunicar o fato ao **BNDES** por escrito.
- 6.8 As informações e documentos mencionados no item 6.7 acima poderão ser disponibilizados pelos membros da equipe da **EMPRESA** designados por órgão ou membro da mesma, em ambiente virtual, com acesso seguro e controlado, por meio de serviço de compartilhamento de arquivos, a ser oferecido pelo **SERVIÇO B**, sem custos adicionais para o **BNDES**, de modo a facilitar o fluxo de informações e reduzir despesas de locomoção, e acessível mediante **Termo de Confidencialidade**, a ser assinado pelos profissionais envolvidos no projeto, tanto do **SERVIÇO A**, como do **SERVIÇO B**, inclusive subcontratados, a serem habilitados pelo **BNDES**.
- 6.9 A disponibilidade das informações e documentos em ambiente virtual não exime as **CONTRATADAS** de terem que ir aos locais das instalações da **EMPRESA** para a obtenção de documentos e informações adicionais para a perfeita execução das avaliações.
- 6.10 A **CONTRATADA** deverá encaminhar mensalmente, ou sempre que houver alterações, cópia atualizada do cronograma do projeto citado no item 4.3.1 em formato eletrônico, que possa ser utilizado pelo **BNDES** em *software* de planejamento de projetos de mercado, em formato mpp (*software* MS Project) e pdf. Deverá disponibilizar, também, mensalmente ou sempre que solicitado, o relatório citado item 4.3.1 em formato eletrônico.
- 6.11 Caso a **CONTRATADA** necessite de outras informações durante a execução dos serviços, deverá solicitar imediatamente. A pertinência desta solicitação estará sujeita à avaliação e aprovação pelo **BNDES**.
- 6.12 A **CONTRATADA** deverá entregar os PRODUTOS (relatórios, documentos, planilhas de cálculos, material de apresentação, gravações de vídeo e/ou outros materiais) ao **BNDES** em 2 (duas) vias impressas e por meio eletrônico (gravado em "Pendrive" ou HD externo), utilizando-se, para tanto, dos formatos doc, odt, xls, ods, pdf ou outros, conforme aprovado pelo **BNDES**, para cada caso.
- 6.13 O material produzido pela **CONTRATADA**, a exemplo de planilhas de cálculo e outros entregues em meio magnético, deverá ser acompanhado de todas as fórmulas, senhas protetoras e outros mecanismos de segurança utilizados.
- 6.14 Os relatórios e outros documentos finais deverão ser apresentados em 2 (duas) vias impressas e em versões eletrônicas.

- 6.15** As avaliações econômico-financeiras preliminares e definitivas e demais elementos quantitativos de modelagem de desestatização deverão ser disponibilizados ao **BNDES** em planilha executável em Microsoft Excel (formato de arquivo .xlsx), franqueando-se acesso irrestrito à integralidade das informações empregadas na elaboração da referida planilha, inclusive as fórmulas e memórias de cálculo nela inseridas. As fontes de informação e premissas utilizadas deverão ser apresentadas e justificadas. O material deverá ser entregue acompanhado das informações referentes a premissas, cálculos, metodologias e/ou outros procedimentos técnicos adotados na execução do serviço.
- 6.16** Eventuais alterações no procedimento de execução do objeto do **CONTRATO** poderão ser efetuadas a critério do **BNDES** ou por solicitação da **CONTRATADA** e previamente aprovadas pelo **BNDES**.
- 6.17** Nenhum relatório ou documento poderá revelar fatos protegidos pelo sigilo bancário, nem segredos de indústria ou de comércio. Se, para fundamentar o relatório ou documento, a **CONTRATADA** utilizar-se de fatos sigilosos ou segredos de indústria e comércio, estes deverão figurar em apenso, materialmente separado do relatório ou documento e preservados do acesso irrestrito, nos casos de divulgação pública do documento.
- 6.18** Os documentos e relatórios deverão se basear em informações e resultados mais recentes possíveis e deverão ser atualizados tantas vezes quanto necessário para atender o processo de desestatização de acordo com o escopo dos serviços.
- 6.19** Os relatórios finais deverão conter um sumário executivo destacando seus pontos mais relevantes, que possam impactar direta ou indiretamente a avaliação econômico-financeira da EMPRESA e da concessão, observado o dever de sigilo previsto no item 6.14.

## **7 REGIME DE EXECUÇÃO**

**7.1** A contratação dos serviços descritos neste TERMO DE REFERÊNCIA deverá seguir o regime de empreitada por preço global, com o pagamento dos serviços previamente definidos neste documento conforme discriminado na TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA.

## **8 VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**8.1** A vigência contratual será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado até a completa execução de seu escopo, por ocasião da continuidade do processo de desestatização e a critério do BNDES.

## **9 GARANTIA CONTRATUAL**

9.1 A **CONTRATADA** prestará garantia contratual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, na forma prevista no art. 70 da Lei 13.303/2016, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período a critério do BNDES.

## 10 HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.1 Para fins de qualificação técnica na fase de habilitação, os Licitantes devem apresentar:

10.1.1 Para o **SERVIÇO A**, a empresa ou consórcio deve apresentar:

- I. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o Licitante executou os seguintes serviços:
  - a) avaliação econômico-financeira de empresa ou grupo econômico de empresas com receita operacional líquida anual de, no mínimo, R\$ 323.000.000,00 (trezentos e vinte e três milhões de reais), no ano da prestação do serviço; e
  - b) avaliação e elaboração de projeções de receitas, custos, despesas e investimentos de empresas do setor de distribuição de energia elétrica, realizadas após a edição da Resolução Normativa ANEEL nº 435, de 24 de maio de 2011.

10.1.1.1 Será admitido o somatório de atestados para a comprovação da experiência exigida acima, exceto para o valor previsto no item "a" acima.

10.1.2 Para o **SERVIÇO B**, a empresa ou consórcio deve apresentar:

- I. Comprovação do registro da pessoa jurídica responsável pelos serviços privativos de advocacia na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- II. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o Licitante executou os seguintes serviços:
  - a) avaliação econômico-financeira de empresa ou grupo econômico de empresas com receita operacional líquida anual de, no mínimo, R\$ 323.000.000,00 (trezentos e vinte e três milhões de reais), no ano da prestação do serviço;
  - b) avaliação e elaboração de projeções de receitas, custos, despesas e investimentos de empresas do setor de distribuição de energia elétrica, realizadas após a edição da Resolução Normativa ANEEL nº 435, de 24 de maio de 2011;
  - c) assessoria jurídica na área de regulação de serviços de distribuição de energia elétrica, realizada no Brasil;

c.1) Entende-se por assessoria/consultoria jurídicas na área de regulação do setor de distribuição de energia elétrica a elaboração de documentos tais como pareceres, impugnações, questionamentos, minutas de editais, contratos de concessão, arrendamento ou adesão, cujo conteúdo esteja relacionado com a análise e interpretação jurídicas de atos normativos específicos do setor de distribuição de energia elétrica;

- d) assessoria jurídica em operação executada para fins de oferta pública ou privada de valores mobiliários e/ou para **FUSÕES E AQUISIÇÕES**, realizada no Brasil, de empresa com receita operacional líquida anual de, no mínimo, R\$ 323.000.000,00 (trezentos e vinte e três milhões de reais), no ano da prestação do serviço; e
- e) coordenação de operação de oferta pública ou privada de valores mobiliários e/ou **FUSÕES E AQUISIÇÕES** no Brasil, de empresa com receita operacional líquida anual de, no mínimo, R\$ 323.000.000,00 (trezentos e vinte e três milhões de reais), no ano da prestação do serviço.

**10.1.2.1** Será admitido o somatório de atestados para a comprovação da experiência exigida acima, exceto para os valores previstos nos itens "a", "d" e "e" acima.

**10.1.2.2** Em qualquer das hipóteses dos itens 10.1.2, inciso II, alíneas "d" e "e", a operação deve ter sido validamente concluída.

**10.1.2.3** Os valores descritos nos atestados serão atualizados pelo IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou, na falta deste, por outro índice oficial de inflação, a partir da data-base dos serviços objeto da atestação referidas nos itens 10.1.1, inciso I, alínea "a", e 10.1.2, inciso III, alíneas "a", e a partir da data de início dos serviços, no caso dos atestados referidos nos itens 10.1.2, inciso III, alíneas "d" e "e".

**10.1.2.4** A habilitação técnica contida nos subitens acima poderá ser cumprida com a apresentação de atestados que sejam detidos por qualquer uma das consorciadas, observado, em relação aos serviços jurídicos previstos no **TERMO DE REFERÊNCIA**, o disposto no art. 1º, II, e no art. 16, *caput* e §3º, da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia).



**10.1.2.5** A Licitante que atender às exigências de habilitação técnica acima mencionadas deverá ser a responsável pela execução dos serviços correspondentes descritos neste Termo de Referência.

## **11 PERFIL DA EQUIPE TÉCNICA DA CONTRATADA**

**11.1** Em até 10 (dez) dias corridos, contados da data da assinatura do **CONTRATO**, a **CONTRATADA** deverá apresentar a relação da Equipe de Profissionais responsável pela prestação dos serviços, devendo ser composta por profissionais com formação, qualificação e experiência condizentes com a complexidade dos serviços que devam ser prestados.

**11.2** Para a execução dos **SERVIÇOS TÉCNICOS**, a **CONTRATADA** deverá possuir em sua equipe **RESPONSÁVEIS TÉCNICOS**, de acordo com os perfis a seguir:

### **11.2.1 Para o SERVIÇO A:**

- a) profissional que tenha atuado em avaliação econômico-financeira com as características mínimas descritas no item 10.1.1.I.a;
- b) profissional que tenha atuado na elaboração de avaliação e elaboração de projeções de receitas, custos, despesas e investimentos de empresas com as características mínimas descritas no item 10.1.1.I.b;

### **11.2.2 Para o SERVIÇO B:**

- a) profissional que tenha atuado na avaliação econômico-financeira com as características mínimas descritas no item 10.1.2.II.a;
- b) profissional que tenha atuado na elaboração de avaliação e elaboração de projeções de receitas, custos, despesas e investimentos de empresas com as características mínimas descritas no item 10.1.2.II.b;
- c) profissional que tenha realizado assessoria jurídica na área de regulação de serviços de distribuição de energia elétrica, realizada no Brasil, com as características mínimas descritas no item 10.1.2.II.c.1.
- d) profissional que tenha realizado assessoria jurídica em operação com as características mínimas descritas no item 10.1.2.II.d.

e) profissional que tenha atuado na coordenação em operação com as características mínimas descritas no item 10.1.2.II.e

**11.2.3** Os profissionais referidos no item acima deverão subscrever como responsáveis técnicos os **PRODUTOS** e demais trabalhos executados no âmbito dos **SERVIÇOS TÉCNICOS**, de acordo com a respectiva área de atuação.

**11.2.4** Para a execução do **SERVIÇO B**, a **CONTRATADA** deverá indicar ainda um **Coordenador-Geral dos Serviços**.

**11.2.5** A indicação acima mencionada deve vir acompanhada do currículo profissional de cada integrante da Equipe de Profissionais da **CONTRATADA**.

**11.2.6** O **BNDES** poderá indicar à **CONTRATADA** a necessidade de substituição dos profissionais com formação e/ou experiência não condizentes com a complexidade das atividades a serem desempenhadas no curso do **CONTRATO** ou que não estejam atendendo a contento as atividades a serem prestadas.

**11.2.7** A **CONTRATADA** não poderá indicar profissional que seja membro de Conselho de Administração ou outro órgão societário da EMPRESA.

## **12 RECEBIMENTO DOS PRODUTOS**

**12.1** Caberá ao **GESTOR DO CONTRATO** a emissão de **RECIBO** e **ACEITE** para os **PRODUTOS**, e **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO** para as **ETAPAS** (com os **SERVIÇOS INERENTES**), como instrumentos formais para confirmação da entrega dos **SERVIÇOS** e **PRODUTOS** definidos nas **TABELAS DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA**.

**12.2** A **CONTRATADA** deverá prestar os **SERVIÇOS** e entregar os **PRODUTOS** nos prazos definidos nas **TABELAS DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA**.

**12.3** Entregue o **PRODUTO** pela **CONTRATADA**, o **GESTOR DO CONTRATO** emitirá o respectivo **RECIBO**, a partir do qual iniciará o prazo de análise do **BNDES** quanto à verificação da sua conformidade com as especificações técnicas previstas neste **TERMO DE REFERÊNCIA**, no **CONTRATO** e em seus Anexos.

**12.3.1** Os produtos a serem entregues pela **CONTRATADA**, para a obtenção do **RECIBO**, devem estar, obrigatoriamente, em suas versões finais, não devendo ser entregues, para este fim, em suas versões preliminares, rascunhos ou similares.

**12.3.2** Após a emissão do **RECIBO**, o **GESTOR DO CONTRATO** providenciará a verificação de conformidade dos produtos com os critérios de aceitação especificados neste **TERMO DE REFERÊNCIA**, podendo solicitar, sem custos adicionais, esclarecimentos e ajustes que se fizerem necessários. Verificada a

necessidade de ajustes, correções e/ou substituições, o seguinte procedimento será adotado:

**12.3.2.1.1** a **CONTRATADA** será convocada por escrito, por carta ou e-mail, a efetuá-los, às suas expensas, em data a ser definida pelo **BNDES**, ou, na ausência de acordo, em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da convocação;

**12.3.2.1.2** realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas pelo **BNDES**, será emitido novo **RECIBO**, sendo realizada, em seguida, nova avaliação de conformidade pelo **BNDES**;

**12.3.2.1.3** não realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas até a data estabelecida pelo **BNDES** ou em até 15 (quinze) dias corridos contados da data da convocação, nos termos previstos no item 12.3.2.1.1, o objeto será rejeitado total ou parcialmente, ficando a **CONTRATADA** sujeita à aplicação das penalidades previstas no **CONTRATO**.

**12.3.3** Após a verificação de conformidade dos **PRODUTOS** com os critérios de aceitação especificados no **TERMO DE REFERÊNCIA** e demais anexos ao **CONTRATO**, o **GESTOR DO CONTRATO** emitirá o **ACEITE** do **PRODUTO**.

**12.4** Após o **ACEITE** de todos os **PRODUTOS** detalhados na respectiva **ETAPA** das **TABELAS DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA**, a **CONTRATADA** poderá solicitar o **RECEBIMENTO DEFINITIVO DA ETAPA**, apresentando relatório indicando todos os **PRODUTOS** entregues, com os respectivos quantitativos discriminados.

**12.4.1** Caso alguma das **ETAPAS** não possa ser concluída no cronograma previsto pelo **BNDES**, desde que não haja culpa da **CONTRATADA**, esta poderá solicitar o **RECEBIMENTO PARCIAL DA ETAPA**, indicando os **PRODUTOS** entregues com os respectivos quantitativos discriminados, para fins de pagamento conforme previsto no subitem 13.2.

**12.4.2** Verificado o atendimento das especificações, condições e obrigações previstas neste **TERMO DE REFERÊNCIA**, no **CONTRATO** e em seus anexos, o **GESTOR DO CONTRATO** emitirá o **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA ETAPA** em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da solicitação da **CONTRATADA**, observado que este recebimento:

- a) constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado;
- b) transfere ao **BNDES** o conteúdo, manuseio e disposição dos **PRODUTOS** como seus próprios, mediante a condição de que cada cópia contenha os avisos e isenções de responsabilidade do **LICITANTE**;

- c) não exclui a responsabilidade do **LICITANTE** por incorreções reveladas posteriormente, nem pela garantia dos serviços realizados;
- d) não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo **CONTRATO**; e
- e) não exclui a obrigação da **CONTRATADA** em efetuar atualizações e ajustes posteriores dos **PRODUTOS** de modo a atender ao processo de desestatização, de acordo com este **TERMO DE REFERÊNCIA**.

### 13 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**13.1** Os pagamentos em relação ao objeto contratual serão realizados somente por ocasião da conclusão de cada **ETAPA** definida nas **TABELAS DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA**, após a emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA ETAPA** pelo **Gestor do CONTRATO**.

**13.1.1** A Nota Fiscal/Fatura deve conter a relação dos **SERVIÇOS** prestados e **PRODUTOS** entregues e **ACEITOS** pelo **GESTOR DO CONTRATO**, para que seja autorizado o pagamento.

**13.2** Os **PRODUTOS** serão pagos de acordo com a quantidade solicitada pelo **BNDES** e efetivamente entregue pela **CONTRATADA**. Os quantitativos constantes na Planilha de Preços são estimativos, sendo possível a sua não utilização total pelo Gestor do Contrato, caso em que serão pagos somente os serviços efetivamente prestados.

**13.2.1** Caso haja a solicitação de **RECEBIMENTO PARCIAL DA ETAPA**, conforme previsto no **subitem 12.4.1**, o **Gestor do CONTRATO** analisará o valor a ser pago, proporcional aos serviços efetivamente prestados.

**13.2.2** As **FASES** discriminadas nos **itens 3 e 4** deste **TERMO DE REFERÊNCIA** são independentes, e o **BNDES** poderá, a qualquer momento, determinar a interrupção dos serviços prestados, sem qualquer direito a pagamento e/ou indenização à **CONTRATADA**, ressalvados os pagamentos devidos em decorrência dos serviços prestados e/ou produtos entregues.

**13.3** O pagamento do objeto será efetuado por meio de crédito em conta bancária no Brasil, em até 10 (dez) dias corridos, a contar da data de apresentação ao **BNDES** da Nota Fiscal/Fatura, desde que tenha sido efetuado o **RECEBIMENTO DEFINITIVO DA ETAPA** e mediante o ateste pelo **Gestor do Contrato** das obrigações contratuais assumidas pela **CONTRATADA**.

13.4 O pagamento pelo **SERVIÇO A** e **SERVIÇO B** será efetuado exclusivamente com base na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA DO SERVIÇO A E DO SERVIÇO B - ANEXOS 01 e 02**, deste **TERMO DE REFERÊNCIA**, respectivamente, devendo a **CONTRATADA** incluir todos os custos das respectivas atividades na sua proposta de preços.

## 14 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 Há recursos financeiros para o pagamento às **CONTRATADAS**.

## 15 PENALIDADES

15.1 Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo **BNDES** ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais e/ou legais, sem motivo justificado, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades:

- I. Advertência;
- II. Multa, no valor de até 10% (dez por cento), apurada de acordo com a gravidade da infração, incidente sobre o valor total do **CONTRATO**;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado em razão da natureza e gravidade da infração cometida;

## 16 PROPRIEDADE INTELECTUAL

16.1 A **CONTRATADA**, na forma do artigo 49 da Lei nº 9.610/98 e demais normativos aplicáveis, cederá ao **BNDES** os direitos autorais patrimoniais relativos a produtos resultantes da prestação do serviço objeto deste **TERMO DE REFERÊNCIA**. O **BNDES** poderá utilizar estes direitos autorais patrimoniais em novos projetos, independentemente da participação da **CONTRATADA**, sem que haja necessidade de qualquer remuneração, restando o **BNDES** inteiramente responsável civil e criminalmente pela utilização do seu conteúdo.

16.2 O **BNDES** se reserva o direito de transferir a propriedade destes documentos para a União e ao acionista da **EMPRESA**.

16.3 Todos os relatórios, análises, memorandos e documentos elaborados pela **CONTRATADA** poderão ser disponibilizados pelo **BNDES**, caso necessário, entre seus funcionários, diretores, consultores, acionista da **EMPRESA**, MME, TCU, TCE-AP ou ANEEL, mas não poderão ser disponibilizados para terceiros sem o consentimento por escrito da **CONTRATADA**, salvo relatórios, pareceres, estudos e demais itens dos Produtos finais a partir da entrega oficial ao **BNDES**.

16.4 O **BNDES** se compromete a mencionar o nome do autor dos **PRODUTOS** sempre que os utilizar.

16.5 A **CONTRATADA** não poderá utilizar, divulgar ou comercializar tais produtos, salvo prévia e expressa autorização do **BNDES**.

16.6 A **CONTRATADA** deverá renunciar expressamente aos direitos sobre as planilhas, modelos e demais materiais elaborados no âmbito da desestatização, inclusive aqueles elaborados por prestadores de serviços subcontratados pela **CONTRATADA** e que sejam empregados como insumo para a desestatização referida.

## 17 SIGILO DAS INFORMAÇÕES

17.1 No momento da assinatura do **CONTRATO**, caso a **CONTRATADA** venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**.

17.2 Assim que solicitado pelo Gestor do **CONTRATO**, a **CONTRATADA** deverá providenciar a assinatura, por seu representante legal e pelos profissionais que tiverem acesso a informações sigilosas, dos Termos de Confidencialidade a serem disponibilizados pelo **BNDES**.

## 18 EQUIPE DE APOIO E GESTOR DO CONTRATO

18.1 A Equipe de Apoio à Licitação e o Gestor do Contrato serão designados oportunamente pelo **BNDES**.

## 19 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA CONTRATADA

19.1 Além de outras obrigações estipuladas no **CONTRATO** ou estabelecidas em lei, constituem, ainda, obrigações da **CONTRATADA** aquelas listadas neste TERMO DE REFERÊNCIA, devendo prestar os **SERVIÇOS** e entregar os **PRODUTOS** em alto padrão de qualidade compatíveis com as melhores práticas de mercado.

Obriga-se a **CONTRATADA** a:

- a) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
- b) providenciar, em relação aos serviços a serem prestados, no prazo máximo de 10 dias corridos, contados da contratação, a Anotação de

Responsabilidade Técnica (ART) no CREA e o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme aplicável, bem como qualquer outro registro de responsabilidade técnica necessário para todos os serviços e profissionais envolvidos, entregando uma via dos documentos ao BNDES;

- c) executar os serviços objeto deste Contrato em conformidade com a proposta aprovada, nos exatos moldes estabelecidos no Edital de Licitação, no TERMO DE REFERÊNCIA e no CONTRATO, e em conformidade com o respectivo planejamento e instruções emitidas pelo BNDES;
- d) conduzir os trabalhos de acordo com as leis, regulamentos, posturas e normas técnicas, em estrita observância às legislações Federal e Estadual e a quaisquer ordens ou determinações do Poder Público, incluindo órgãos de regulamentação e fiscalização profissionais, devendo ainda conduzir os trabalhos e o pessoal de modo a formar, junto ao público, uma boa imagem do BNDES e da própria CONTRATADA;
- e) cumprir rigorosamente as normas de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, emanadas da legislação pertinente;
- f) responsabilizar-se pela análise e estudos dos elementos técnicos fornecidos pelo BNDES para a execução dos SERVIÇOS, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância de tais documentos; e, no caso da CONTRATADA constatar quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá comunicar o fato, por escrito, ao BNDES para que tais defeitos sejam sanados;
- g) obter as informações necessárias para a correta execução dos trabalhos, inclusive eventuais consultas a órgãos públicos, empresas privadas e profissionais ou quaisquer outros tipos de prospecção de projetos e dados necessários à correta execução dos serviços previstos nas especificações;
- h) sugerir medidas visando ao aperfeiçoamento da execução dos SERVIÇOS;
- i) admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução dos serviços, mobilizando ou desmobilizando a equipe para adequá-la ao cronograma;
- j) comprovar o vínculo jurídico entre os integrantes da equipe técnica e a CONTRATADA, sempre que assim solicitado pelo BNDES;
- k) manter, durante a vigência do presente instrumento, a equipe de profissionais indicados para o atendimento das exigências mínimas,

admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais que atendam ao perfil mínimo exigido, desde que aprovada pelo BNDES;

- l) arcar com todos os ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal que se relacionem direta ou indiretamente com a prestação dos SERVIÇOS, inclusive no tocante a seus empregados, dirigentes, subcontratados e prepostos, pagando, inclusive, as multas porventura impostas pelas autoridades, de tudo dando ciência ao BNDES;
- m) responsabilizar-se por qualquer ônus decorrente de possível chamamento do BNDES em juízo, como litisconsorte, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução dos SERVIÇOS, ficando o BNDES, desde já, autorizado a glosar, nas faturas, as importâncias estimadas com o processo. A inadimplência com referência aos encargos estabelecidos neste subitem não transfere ao BNDES a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- n) substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do BNDES, apresentarem comportamento inadequado ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- o) facilitar o pleno exercício das funções do GESTOR DO CONTRATO, sendo o não atendimento das solicitações feitas pelo BNDES considerado motivo para aplicação das sanções contratuais. O exercício das funções do GESTOR DO CONTRATO não desobriga a CONTRATADA de sua própria responsabilidade quanto à adequada execução dos serviços contratados;
- p) responsabilizar-se por todo e qualquer prejuízo financeiro que o BNDES venha a sofrer devido a erros ou incorreções na execução dos serviços prestados, nos prazos previstos na legislação vigente;
- q) responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição dos serviços pelo BNDES, e pelos atrasos acarretados por esta rejeição, bem como por qualquer multa a que vier a ser imposta pelo BNDES;
- r) corrigir, sem ônus para o BNDES, imperfeições, erros, vícios ou incoerências nos serviços prestados dentro do prazo de execução do contrato, observando, ainda, o disposto nos itens 3.4 e 12.3.2 deste TERMO DE REFERÊNCIA.
- s) constatado dano a bens do BNDES ou sob a sua responsabilidade ou, ainda, a bens de terceiros, a CONTRATADA, de pronto, os reparará ou, se assim não proceder, o BNDES lançará mão dos créditos daquela para ressarcir os prejuízos de quem de direito; e
- t) observar as regras do Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial),



principalmente no tocante ao envio das informações exigidas, de acordo com as regulamentações vigente.

## 20 OBRIGAÇÕES DO BNDES

**20.1** Além de outras obrigações estipuladas no **CONTRATO** ou estabelecidas em lei, constituem, ainda, obrigações do **BNDES**:

- a) Fiscalizar a execução do objeto do **CONTRATO**;
- b) Fornecer as informações, de sua alçada, necessárias para a execução dos serviços;
- c) Realizar os pagamentos nos termos previstos no **CONTRATO** e neste **TERMO DE REFERÊNCIA**.

## 21 VALOR ESTIMADO E MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO

**21.1** O valor estimado e máximo da contratação é de:

- a) **R\$ 685.437,00** (seiscentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e sete reais) para o "**SERVIÇO A**"; e
- b) **R\$ 6.208.844,00** (seis milhões, duzentos e oito mil, oitocentos e quarenta e quatro reais) para o "**SERVIÇO B**".

**21.2** Não serão aceitas Propostas com valores UNITÁRIOS e/ou GLOBAIS acima dos discriminados nas TABELAS DE PRODUTOS, PRAZOS DE ENTREGA E PREÇOS para o SERVIÇO A e SERVIÇO B.

## 22 REAJUSTE CONTRATUAL

**22.1** O reajuste de preços, na forma prevista na Minuta de **CONTRATO** anexa ao **EDITAL** de Licitação, poderá ser requerido pela **CONTRATADA** a cada período de 12 (doze) meses, adotando-se para tanto a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE, acumulado no respectivo período.

## 23 PESQUISA DO VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO

**23.1** Foi realizada ampla pesquisa de mercado junto a pessoas jurídicas que têm por objeto a realização de serviços similares aos especificados neste **TERMO DE REFERÊNCIA**, e utilizou-se, também, os resultados de processos similares, que resultou no valor estimado e máximo da licitação, correspondente a **R\$685.437,00** (seiscentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e trinta e sete reais) para o **SERVIÇO A** e **R\$ 6.208.844,00** (seis milhões, duzentos e oito mil e oitocentos e quarenta e quatro reais) para o **SERVIÇO B**.

23.2 Para fins de aceitabilidade das propostas para o **SERVIÇO B**, a Fase 1 (etapas 1, 2, 3) não pode concentrar mais que 63% do valor global da proposta.

**PREGÃO ELETRÔNICO AARH Nº 43/2018 - BNDES**  
**ANEXO II – PROPOSTA SERVIÇO “A”**

# INVESTOR

AO

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

PREGÃO ELETRÔNICO AARH Nº 43/2018 - BNDES

## PROPOSTA PARA O ITEM 01 - SERVIÇO A

LICITANTE: INVESTOR CONSULTING PARTNERS CONSULTORIA LTDA - EPP.;

CNPJ: 13.711.795/0001-98;

ENDEREÇO: Rua Maranhão, Nº 1694, 2º andar, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30.150-331;

TELEFONE: (31) 2127-2270;

E-MAIL: [gabriel.greco@investorcp.com](mailto:gabriel.greco@investorcp.com);

REPRESENTANTE LEGAL: Gabriel Costa Greco;

NACIONALIDADE: brasileiro;

ESTADO CIVIL: solteiro;

PROFISSÃO: advogado;

FUNÇÃO NA SOCIEDADE: Diretor Administrativo-Financeiro; RG: MG-14.091.962; CPF: 082.120.336-35;



## ESTABELECIMENTOS VINCULADOS À EXECUÇÃO CONTRATUAL (MATRIZ)

RAZÃO SOCIAL: INVESTOR CONSULTING PARTNERS CONSULTORIA LTDA - EPP.;

CNPJ: 13.711.795/0001-98;

ENDEREÇO: Rua Maranhão, Nº 1694, 2º andar, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30.150-331;

  
Gabriel Costa Greco  
Investor Consulting Partners

  
  
Morena Casilina Pereira Parreira  
Advogada

# INVESTOR

ANEXO VI - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS - TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA DO SERVIÇO A

ETAPA	ATIVIDADE	ITEM	Referência no TERMO DE REFERÊNCIA	PRODUTOS A SEREM ENTREGUES OU SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS	% DE PAGAMENTO	VALOR UNITÁRIO (R\$) (preencher)	QTD.	Unidade	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)	PRAZO DE ENTREGA
ETAPA 1: PLANO DE TRABALHO	PLANO DE TRABALHO	1	6.3, IV	Apresentação do Plano de Trabalho	100% do valor unitário por produto efetivamente entregue na Etapa	14.100	1	número de relatórios	14.100	10 dias corridos a partir da contratação
ETAPA 2: PREMISSAS E PROJEÇÕES PRELIMINARES DAS AVALIAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS	PREMISSAS E PROJEÇÕES PRELIMINARES DA AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2	3.1.2 e 3.1.2.6	Relatório da Avaliação Econômico-financeira, contendo a metodologia utilizada, as principais premissas que se pretende adotar e os resultados preliminares, bem como as planilhas preliminares das projeções do fluxo de caixa.	100% do valor unitário por produto efetivamente entregue na Etapa	103.981	1	número de relatórios	103.981	55 dias corridos a partir da contratação
ETAPA 3: AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA CONCLUSIVA	AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA E DA CONCESSÃO	3	3.1.2 e 3.1.2.7	Relatório Conclusivo da Avaliação Econômico-Financeira, incluindo a descrição da metodologia empregada, as principais premissas adotadas, contendo a planilha de projeção, a identificação e análise das alternativas de investimentos, o resultado obtido e conclusões, com a recomendação do preço mínimo das AÇÕES, do valor mínimo de outorga ou de outro critério de desestatização definido, acompanhado de sumário executivo consolidado.	100% do valor unitário por produto efetivamente entregue na Etapa	102.920	1	número de relatórios	102.920	20 dias corridos a partir do envio das informações previstas no item 3.1.2.1, alínea "b" do TERMO DE REFERÊNCIA "A" (estimativa de 85 dias corridos a partir da contratação)
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA									221.000	

FASE 1 (ESTUDOS PARA A DESESTATIZAÇÃO)

O Licitante INVESTOR CONSULTING PARTNERS CONSULTORIA LTDA - EPP declara ter ciência e aceitar todas as exigências do Edital do Pregão Eletrônico em referência, bem como todas as condições de execução do objeto licitado, propondo sua execução pelo valor global de R\$ 221.000,00 (duzentos e vinte e um mil reais), observados os valores unitários cotados na planilha acima. Declara, outrossim, que o valor proposto inclui todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais

Gabriel Costa Greco  
Investor Consulting Partners

**ENDES**  
Morano Cassiano Pereira Paranhos  
Advogado

# INVESTOR

como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, viagens, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto licitado.

Por fim, o Licitante **INVESTOR CONSULTING PARTNERS CONSULTORIA LTDA - EPP** informa que a validade da presente Proposta é de 60 (sessenta) dias.

Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2018.

*Gabriel Costa Greco*  
Investor Consulting Partners

  
\_\_\_\_\_  
**INVESTOR CONSULTING PARTNERS CONSULTORIA LTDA - EPP**  
Gabriel Costa Greco - Diretor Sócio  
C.I. nº MG.14.091.962 SSP/MG  
CPF 082.120.336-35

  
Moreno Carolina Zereira Pereira  
Advogado

**PREGÃO ELETRÔNICO AARH Nº 43/2018 - BNDES**  
**ANEXO III – MATRIZ DE RISCO**

<b>Categoria do Risco</b>	<b>Descrição</b>	<b>Consequência</b>	<b>Medidas Mitigadoras</b>	<b>Alocação do Risco</b>
<b>Risco atinente ao Tempo da Execução</b>	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Diligência do Contratado na execução contratual.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pelo BNDES, que comprovadamente repercuta no preço do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão de preço.	BNDES
<b>Risco da Atividade Empresarial</b>	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Planejamento tributário.	Contratado
	Variação da taxa de câmbio.	Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço.	Instrumentos financeiros de proteção cambial (hedge).	Contratado
	Elevação de gastos com viagens superiores ao estimado pelo Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Melhor planejamento contratual.	Contratado
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Reajuste anual de preço.	BNDES
	Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao índice de reajuste previsto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
<b>Riscos Trabalhista e Previdenciário</b>	Responsabilização do BNDES por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual.	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para o BNDES, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratado



<b>Risco Tributário e Fiscal (Não Tributário).</b>	Responsabilização do BNDES por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa do BNDES.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratado
--	--	--	--	------------



**PREGÃO ELETRÔNICO AARH Nº 43/2018 - BNDES**  
**ANEXO IV – TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA**  
**ITEM 1 - SERVIÇO "A"**

**ANEXO VI - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS - TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA DO SERVIÇO A**

FASE 1 (ESTUDOS PARA A DESESTATIZAÇÃO)

ප්‍රතිපත්ති

8008

**PREGÃO ELETRÔNICO AARH Nº 43/2018 - BNDES**  
**ANEXO V - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA REPRESENTANTE LEGAL**

**INVESTOR CONSULTING PARTNERS CONSULTORIA LTDA.**, por seu representante legal, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES** e de suas Subsidiárias **BNDES Participações S.A. - BNDESPAR** e Agência Especial de Financiamento Industrial - **FINAME**, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** (Contrato OCS nº 515/2018- SRM 440000596, celebrado em    /   /   ), estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal do **BNDES**, signatário do Contrato ora referido.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;

IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e

V. documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº 515/2018.

### CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

#### Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº 515/2018, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

### CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº 515/2018, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço, seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

#### Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº 515/2018 a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

8380

**CLÁUSULA QUINTA**

O RESPONSÁVEL obriga-se a informar imediatamente às EMPRESAS DO SISTEMA BNDES qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

**CLÁUSULA SEXTA**

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o RESPONSÁVEL e as EMPRESAS DO SISTEMA BNDES e abrangem as informações presentes e futuras.

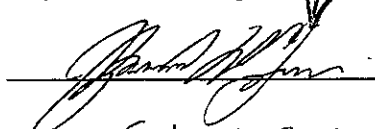
**CLÁUSULA OITAVA**

O RESPONSÁVEL se compromete, no âmbito do CONTRATO objeto do presente Termo, a apresentar às EMPRESAS DO SISTEMA BNDES declaração individual de adesão e aceitação das Cláusulas do TERMO DE CONFIDENCIALIDADE para Profissionais, de cada integrante ou participante da Equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no Contrato OCS nº 513/2018

De Acordo,

Rio de Janeiro, 16 de junho de 19.

Representante Legal do Contratado:

 **Gabriel Costa Greco**  
Investor Consulting Partners

Nome: Gabriel Costa Greco Cargo/Função:  
Sócio/Diretor

CPF: 082.120.336-35 Telefone: (31) 2127-2270 E-mail:

gabriel.greco@investorcp.com

Documento de Identidade (número, data, emissor):

MG-14.091.962 - 04/04/2002 - SSP/MG

**N** 6º. TABELONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE  
Tabelião: João Teodoro da Silva  
Praça Milton Campos, 217 - Serra - Tel.: (31) 3221-2966 - www.soficlobh.com.br

**RECONHECIMENTO DE FIRMA**  
Reconheço a autenticidade da firma, aposta em minha presença de  
**GABRIEL COSTA GRECO**  
Emito: R\$ 5,00 Recomp: R\$ 0,30 T.F.: R\$ 1,65 ISS R\$ 0,25 Total: R\$ 7,20  
Belo Horizonte - MG/25/01/2018 13:45  
Wanderly Antônio Xavier - Escrivão Autorizado

**TABELIONATO DE NOTAS**  
62  
RECONHECIMENTO DE FIRMA  
SERU 70159

84010

**PREGÃO ELETRÔNICO AARH Nº 43/2018 - BNDES**  
**ANEXO VI – MINUTA DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA**  
**PROFISSIONAIS**

RODRIGO OTÁVIO MÜLLER FARIAS doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES** e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** (Contrato OCS nº 515/2018 - SRM 4400003596 celebrado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_), estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso enquanto contratado por sociedade que preste serviço às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;

85/16

III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços, desenvolvidas pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;

IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e

V. documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº 515/2018.

### CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

#### Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº 515/2018, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma, a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

### CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº 515/2018, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade destas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

#### Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** adotará todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

### CLÁUSULA QUINTA



86

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

**CLÁUSULA SEXTA**

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação da prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº 515/2018, e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 2019

Profissionais da Equipe:



Nome: RODRIGO OTÁVIO MÜLLER GARCIA Cargo/Função:

SOCIO / DIRETOR TÉCNICO

CPF: 059.757.766-86 Telefone: (31)99212-0734 E-mail:

rodrico.garcia@investorcp.com

Documento de Identidade (número, data, emissor):

MG. 13.124.581, SSP-MG

87

**PREGÃO ELETRÔNICO AARH Nº 43/2018 - BNDES**  
**ANEXO VII - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA REPRESENTANTE LEGAL**  
**DO SUBCONTRATADO**

\_\_\_\_\_, por seu representante legal, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES** e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão de sua contratação pela sociedade \_\_\_\_\_ para a prestação de parcela(s) dos serviços do Contrato OCS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ (SRM \_\_\_\_\_) às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal do **BNDES**, signatário do Contrato ora referido.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;

IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e

V. documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

### CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

#### Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

### CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço, seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

#### Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

### CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido

por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

#### CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e a sociedade \_\_\_\_\_ e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Representante Legal do Subcontratado:

\_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo/Função:

CPF: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail:

Documento de Identidade (número, data, emissor):

\_\_\_\_\_